

Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial¹

BERNARDO MANÇANO FERNANDES²

*Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender*

Chico Buarque

Introdução

Este artigo é resultado de uma longa reflexão teórica que tem como bases e referências as pesquisas de campo e as leituras sobre a questão agrária no Brasil e, nos últimos dez anos, na América Latina. Tenho debatido o conteúdo deste trabalho em diversos espaços com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e distintos paradigmas³. Neste artigo, a questão agrária é tratada a partir de dois

¹ Este texto foi elaborado a convite do professor Antônio Márcio Buainain. Participamos, em abril de 2004, juntamente com Carlos Enrique Guazinroli e Antony Hall, em seminários no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University debatendo a questão do acesso à terra e conflitos agrários no Brasil. Apresentamos visões distintas, o que possibilitou bom debate com os presentes e também entre nós. Buainain propôs que reuníssemos nossos textos em uma mesma publicação para expandir o debate, contribuindo com o desenvolvimento do conhecimento e, certamente, produzindo novos conflitos acadêmicos entre os teóricos da questão agrária.

² Geógrafo, professor no Departamento de Geografia e no Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente. Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. www.prudente.unesp.br/dgeo/nera Pesquisador do CNPq. Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO.

³ Meus agradecimentos aos caros amigos que se deram ao trabalho de ler e criticar a primeira versão deste texto: Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Cliff Welch, Carlos Walter Porto Gonçalves, Jorge Montenegro Gómez e Antonio Márcio Buainain. Também sou muito grato a Wilder Robles, Jorge Nef e Jean Yves Martin, com quem

processos que comumente são analisados em separado: o conflito por terra e o desenvolvimento rural. Há, inclusive, uma compreensão predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento. Confrontando essa visão afirmamos que conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente.

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reduzida, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.

Um dos obstáculos que impedem uma leitura da territorialidade do conflito está na compreensão que os paradigmas têm da conflitualidade. Confrontamos os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo agrário em uma leitura crítica para analisar as contribuições e os limites de seus referenciais teóricos, suas dicotomias e preconceitos. Dois problemas explícitos nos estudos paradigmáticos são as restritas e lineares definições de conflito, de desenvolvimento e de território. Conta-se ainda com outros problemas de ordem prática, técnica e política quando nos referimos a estrutura fundiária e as ocupações de terra.

Nesta leitura crítica debatemos o conflito não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida. Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram. Apresentamos uma crítica às visões de desenvolvimento territorial

troquei muitas idéias e todos contribuíram imensamente com os pensamentos desenvolvidos neste artigo.

rural que não têm o conflito como processo presente. Esses conceitos são insuficientes e os projetos realizados fracassam exatamente porque ignoram um dos principais movimentos do desenvolvimento – os conflitos sociais.

Analisamos as formas como o MST organiza os trabalhos de base para a formação de grupos de famílias e realização de ocupações. Este é um trabalho formador de organizações sociais e de territorialização que contribui para o desenvolvimento. Basta ler os diversos relatórios de pesquisas, livros, teses, dissertações e monografias⁴ para observar como milhares de famílias que cotidianamente, realizaram ocupações, se estabeleceram em diferentes municípios por todos os estados brasileiros e estão contribuindo com o desenvolvimento territorial rural.

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, elas realizam – também – novos assentamentos. A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo momento. Por outro lado, as políticas mercantis não têm apresentado resultados amplos de ressocialização que possam impedir ou convencerem as famílias sem-terra a abandonarem suas ações. O Estado também não consegue acompanhar os conflitos para solucioná-los. Por tudo isso, nas considerações finais, proponho o “empate” com espaço – diálogo em que os interessados possam debater o conflito como desenvolvimento, não criminalizar a luta, tratando-a por meio de diferentes políticas no processo da conflitualidade.

1. Questão agrária e conflitualidade

Compreender a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das Ciências Humanas. A amplitude e a complexidade deste problema possibilitam várias leituras, porque os cientistas que

⁴ Ver, por exemplo, Romeiro, Guazinroli, Leite, 1994; Lima e Fernandes, 2001; Ramalho, 2002; Leal, 2003; Leite, 2004.

pensam a questão agrária constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo. Nas pesquisas a respeito da questão agrária, esses intelectuais têm seus respectivos métodos de estudos, seus referenciais teóricos, portanto suas ideologias, que compõem as análises e influenciam, determinando as compreensões do problema. Desse modo, procurar compreender a questão agrária nos coloca num turbilhão que pode ser representado por um enunciado de José de Souza Martins (Martins, 1994, p. 12-13): “*Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer*”. Evidente que a questão agrária não é um enigma. Sua compreensão é possível, desde que seja analisada na sua essência, sem subterfúgios, reconhecendo e revelando os seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão no tratamento da questão agrária.

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrando deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Iguamente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas “*commodities*”; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua *conflitualidade*. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar compreendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. A questão agrária derrota os políticos com prometem resolvê-la, vence os religiosos que crêem no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da *sujeição da renda da terra ao capital* (Martins, 1981, p. 175). Nessa diferenciação prevalece a sujeição e a

resistência do campesinato à lógica do capital. Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também; uma pequena parte é transformada em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento.

Por essa razão, a questão agrária gera continuamente *conflitualidade*. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital (Oliveira, 1991, p. 24-5). A *conflitualidade*⁵ é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do *controle político* e de modelos de desenvolvimento. Santos, 1999, apresenta algumas idéias-elementos contidas no conceito de *conflitualidade*, que reproduzimos aqui, todavia, acrescentada de noções que contribuem com uma leitura da espacialização e da territorialidade da *conflitualidade*. As idéias-elementos são: 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 5) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 6) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia. (Santos, 1999, p. 12-13).

⁵ São diversos os estudos a respeito da conflitualidade que abordam diferentes dimensões e escalas desse processo. Dois estudiosos da questão são: o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves que tem realizado estudos amplos das conflitualidades na luta pela terra, inclusive classificando as distintas formas de conflito. Ver Gonçalves, 2004 e 2005; Também o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos tem investido na construção teórica de uma sociologia da conflitualidade. Ver, a respeito, Santos, 1999 e Santos, 2004. Neste artigo, trabalhamos com algumas dimensões da conflitualidade produzida pela questão agrária.

A vastidão da questão agrária alcança o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento. A questão agrária é composta da contradição e do paradoxo, que revelam sua complexidade. A contradição está na estrutura do sistema capitalista e o paradoxo no movimento da questão agrária. É este o seu caráter mais importante, porque manifesta *conflitualidade e desenvolvimento* através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. Do reconhecimento dessas diferenças compreendemos melhor a *conflitualidade* que promovem o *desenvolvimento* do Brasil.

A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A *conflitualidade e o desenvolvimento* acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento. É importante destacar, ainda, que uma parte fundante desse paradoxo é a obsessão da destruição do campesinato⁶ e no crescimento da organização camponesa em diferentes escalas e de diversas formas: no Brasil, na América Latina e no Mundo⁷.

⁶ Referências a respeito deste debate são Bryceson *et al*, 2000; Goldberg, 1996. Na parte seguinte deste artigo, aprofundamos essa questão a partir de uma análise dos principais paradigmas utilizados na leitura da questão agrária brasileira.

⁷ Um bom exemplo é a Via Campesina, que está organizada em todos os continentes, reunindo dezenas de movimentos camponeses. (Desmarais, 2001; Fernandes 2004)

Em todo o século XX, *conflitualidade e desenvolvimento* coexistiram, embora fossem tratados separadamente. O tratamento à parte desses processos simultâneos atrapalha a compreensão da questão agrária. Da forma como tem sido tratada, é como se o capitalismo só promovesse o desenvolvimento e a luta pela terra só motivasse o conflito. De um lado, a apologia ao agronegócio. De outro a criminalização da luta pela terra. Enquanto, de fato, ambos produzem *conflitualidade e desenvolvimento*. É preciso superar esta visão dicotômica para tratar a essência da complexidade da questão agrária.

O capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato. Nesta *condição*, a formação do campesinato acontece, em parte, por meio da subalternidade dirigida pela *lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo* (Martins, 1986, p. 21). A relação capitalista se realiza em si mesma e pela reprodução de suas contradições. Esta é a marca de seu poder, cuja capacidade extraordinária de superação tem como fundamento o *controle político* das relações econômicas. O *controle político* é explicitado pelas regras que regem o mercado, construídos a partir da lógica do capital. Desse modo, o mercado torna-se território do capital. Essas regras são determinadas por lei, a partir de princípios que representam interesses de uma classe, e são votadas no Congresso Nacional pela maior parte dos parlamentares eleitos democraticamente. Assim, os capitalistas, também denominados *ruralistas*, procuram sempre que possível deslocar as políticas relativas à questão agrária para o mercado.

A formação do campesinato não acontece somente pela *reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. A outra *condição* de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de *criação política do campesinato: a luta pela terra*. É por meio da *ocupação da terra* que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da *lógica do capital* (Fernandes, 2000, p. 279 *et seq.*). A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da *lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. Este também é

seu limite, porque não possui o *controle político* das relações econômicas.

Essas duas *condições, a reprodução ampliada das contradições do capitalismo e da política camponesa de construção de sua existência,* geram a *conflitualidade que projeta diferentes modelos de desenvolvimento.* A *conflitualidade* resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A *conflitualidade* gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A *conflitualidade* gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa *conflitualidade* promove modelos distintos de desenvolvimento.

No interior desse processo há os trabalhadores assalariados qualificados e os bóias-frias, de origem rural e urbana. Estes últimos estão em movimento decadente por causa do desemprego estrutural, gerado pela mecanização da agricultura e a informatização da indústria e do comércio. Uma tendência na trajetória da vida dessas pessoas é a de tornarem-se camponeses, por meio da ocupação de terra ou das políticas de crédito fundiário. É importante destacar que a ocupação da terra é uma saída para a ressocialização dessas pessoas que foram excluídas da condição de trabalho. Da mesma forma, trabalhadores desempregados de origem urbana encontram nessa possibilidade a condição de ressocialização. A ocupação gera o conflito. Isso é fato. Entretanto, é preciso estar atento para a amplitude do fato e observar as dimensões da *conflitualidade*. Neste contexto, o *conflito*⁸, evidentemente, não é ocasionado unilateralmente. Ele é uma reação ao processo de exclusão. A ocupação não é o começo da *conflitualidade*, nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo.

⁸ Vale a pena lembrar a etimologia da palavra conflito. Ela vem do Latim e é composta do prefixo *co* com o verbo *flictum*. O prefixo *co* explicita correlação (de forças); o verbo *flictum* denota choque, embate, oposição de forças.

O desenvolvimento da agricultura acontece também pela conflitualidade perene das classes sociais, que se enfrentam e disputam a política e o território. Esse *desenvolvimento pela conflitualidade* é caracterizado pela contradição e pelo paradoxo insolúveis, que vem sendo registrados na história moderna, predominantemente, por meio da territorialização do capital e da desterritorialização e reterritorialização do campesinato. De um lado, o capital destrói e recria o campesinato, a partir de sua lógica e princípios. De outro lado, o campesinato também se recria, rompendo com a lógica e com os princípios do capital. A reprodução de ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando *conflitualidade*, promovendo *desenvolvimentos*.

O capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa *condição*, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os. Por sua própria dignidade, os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica⁹. A destruição e a recriação do campesinato pelo capital e a recriação do campesinato por si mesmo são processos diversos, com lógicas distintas, com valores diferentes. Enquanto o capital promove a recriação do campesinato no interior de suas relações: por exemplo: o arrendamento e a relação de compra e venda de terras, o campesinato ocupa terras e reivindica a desapropriação. Essa é uma forma de rompimento com a relação dominante, mas que não supera a subalternidade, porque após a conquista da terra, os novos camponeses são dominados pelos capitalistas por meio da sujeição da renda da terra. Esse processo de dominação e resistência permanentes é constituinte estrutural da questão agrária, gerador de *conflitualidade*.

A questão agrária não é problema em si, mas é problema da contradição inerente do sistema capitalista que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo. A contradição impossibilita a superação da questão agrária, gerando o paradoxo que alimenta a

⁹ Ou aceitam a dominação do capital sem questionar as suas regras, seus valores e sua lógica. Esta tem sido a atitude de algumas lideranças de movimentos camponeses, que aceitam as políticas construídas dentro da lógica do capital, como por exemplo, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário. Essa postura é defendida por cientistas vinculados ao paradigma do Capitalismo Agrário.

própria contradição. Como a questão agrária é insolúvel, ela tem movimentos diferenciados. Os movimentos de destruição e recriação dos camponeses por meio da expropriação, arrendamento e ou ocupação da terra, são maiores ou menores de acordo com a conjuntura política e econômica. Nessa conjuntura o campesinato ocupa mais ou menos terra, para recriar-se e se ressocializar. E dessa forma a questão estrutural permanece. A contradição e o paradoxo devem ser tratados no campo político de acordo com a essência da questão agrária, que explicita a luta de classes, construindo territórios diferentes em distintos modelos de desenvolvimento. Desde essa compreensão pode-se distender ou tensionar a questão agrária, como forma de administrá-la. O tensionamento da questão agrária é gerado por um modelo de desenvolvimento, que aumenta a *conflitualidade* por causa da expropriação, concentração da terra e das riquezas. Quem perde com o tensionamento da questão agrária são os camponeses, que são presos, assassinados, expropriados e suas organizações políticas entram em refluxo. A distensão da questão agrária é gerada por um modelo de desenvolvimento, que diminui a *conflitualidade*, desconcentrando terra e riquezas. A luta pela terra, pela reforma agrária e de formação da agricultura camponesa são políticas desse modelo. Quem ganha com a distensão da questão agrária é toda a sociedade, por causa da diminuição das desigualdades, do desenvolvimento regional e fortalecimento da democracia. A história ensina que na *conflitualidade* da questão agrária não existem trégua perene nem rendição total, há transigência e intolerância.

Estes são os elementos da complexidade: o paradoxo e a contradição, que compreendidos, nos desafia a tomar decisões a respeito do tratamento da questão agrária. A questão agrária não pode ser ignorada, nem se alimentar de nossas incertezas; não pode nos destruir, nem nos anular. Embora seja *uma unidade de desunidade*, é sempre uma possibilidade. Todavia, este estado possível depende das compreensões da questão agrária, que são construídas pelos diferentes paradigmas.

2. Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário: conflitualidade em debate

Há um problema original do desenvolvimento da agricultura no capitalismo manifestado na constante indagação a respeito da

permanência ou do fim do campesinato. Até o final da década de 1980, esta questão dominou o principal debate das vertentes teóricas do paradigma da Questão Agrária. Conforme Oliveira (1991, p. 45-64), em uma vertente, alguns cientistas asseveravam a destruição do campesinato por meio da diferenciação interna produzida pelas contradições típicas do processo de integração no mercado capitalista ou pelo processo de “penetração das relações capitalistas de produção no campo”. Esses processos determinariam a proletarização do campesinato. Em outra vertente, alguns autores negavam essa possibilidade, entendendo que o campesinato é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo, pela *produção capitalista de relações não – capitalistas de produção*, na expressão notável de José de Souza Martins (1986). Essas vertentes teóricas fazem parte do paradigma da Questão Agrária e têm como principais elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo¹⁰. Na década de 1990 surgiu um outro paradigma denominado “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”. Este é o título do livro derivado da tese de doutorado de Ricardo Abramovay, publicado em 1992, que se tornou uma referência expressiva para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Em “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, Abramovay propõe uma ruptura com o paradigma marxista (p. 42) ou lenista/kautskyano (p. 249) e apresenta uma leitura em que o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou. Ao contrário do que foi defendido por uma vertente do outro paradigma em que o trabalho assalariado seria predominante. A leitura de Abramovay traz uma questão ainda pouco debatida que é a diferença entre campesinato e agricultor familiar que apresentamos a seguir. É necessário provocar este debate¹¹, pois o paradigma do Capitalismo Agrário trouxe uma diferenciação teórica e política que tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais dos trabalhadores, gerando conflitualidades.

¹⁰ Uma obra que reúne trabalhos e explicita essas vertentes é “A questão Agrária Hoje”, organizada por Stedile (1994).

¹¹ Uma primeira análise dessa questão está em Fernandes, 2001b.

Para promover este debate, elegemos dois estudos¹² paradigmáticos:¹³ *Questão Agrária*, de Kautsky ([1899] 1986) e *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, de Abramovay (1992), compreendem a permanência ou o fim do campesinato de maneiras diferentes. Para o primeiro, este é um problema estrutural e só pode ser superado com a destruição do sistema capitalista e sua transformação em um regime socialista. Kautsky (1986, p. 389 *et seq.*). Para o segundo, este é um problema conjuntural e sua superação pode acontecer *desde que* o desenvolvimento do capitalismo atinja um determinado estágio, em que as relações sejam determinadas por *estruturas nacionais de mercado* e por um controle rigoroso desse processo pelo Estado. Abramovay (1992, p. 249 *et seq.*).

O livro de Kautsky tem duas partes: uma dedicada à análise das desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo¹⁴ na Europa e a outra em que apresenta suas perspectivas com relação à sociedade socialista. Kautsky toma como uma de suas referências principais *O Capital* de Karl Marx e analisa a questão agrária a partir de alguns fundamentos da sociedade capitalista, como por exemplo: mais-valia, lucro, renda da terra, classes sociais etc. A organização social camponesa não é analisada a partir da lógica de sua estrutura interna, mas sim no espaço econômico em que se realiza. Desde esse ponto de vista, defende a superioridade técnica do grande estabelecimento, em relação ao pequeno, que associado as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarização, pobreza e exclusão.

O livro de Abramovay também tem duas partes: uma dedicada ao debate teórico, a partir de autores clássicos e contemporâneos e na segunda mira-se na estrutura social da agricultura dos Estados Unidos e Europa. Concomitante ao “aniquilamento teórico” de Kautsky e Lênin, afirmando ser *“impossível encontrar uma questão agrária*

¹² Neste artigo, trataremos apenas destes dois autores, porque consideramos que seus trabalhos são seminais. Outro trabalho seminal é *“O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”* de Vladimir Ilitch Lênin, que não analisamos aqui por ser componente e criador do mesmo paradigma de Kautsky.

¹³ Consideramos os livros de Kautsky e Abramovay como paradigmáticos pela abrangência teórica e política das obras. Pelas influências e potencialidades que se espacializaram em diversas frentes e tornaram-se referências para várias instituições, embora em escalas geográficas distintas.

¹⁴ Há também um capítulo dedicado a análise da agricultura no feudalismo.

formulada explicitamente nos escritos de Marx ¹⁵, o autor utiliza diferentes modelos analíticos para explicar as características formadoras da agricultura familiar e sua diferenciação da agricultura camponesa. Desde esse ponto de vista, defende a importância da agricultura familiar, demonstrando sua participação no desenvolvimento dos países ricos, afirmando ser um equívoco tentar encontrar benefícios que só uma classe possa ter no desenvolvimento da agricultura em países capitalistas *avançados*.

É importante lembrar que as duas obras têm quase um século de diferença desde suas publicações. Como os autores analisam a questão a partir de diferentes métodos com distintas e prospectivas visões de mundo, pode-se expor o *conflito* teórico entre essas obras, representado pelas duas perspectivas: Kautsky projeta a transformação da sociedade capitalista para a socialista. Nesse processo, a tendência do campesinato é a sujeição e a proletarização no capitalismo e ao Estado no socialismo. Segundo o autor:

[...] é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzia de “tubarões” do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas antes dar-lhe alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada. (Kautsky, 1986, p. 391).

Abramovay projeta o desenvolvimento do capitalismo, tomando como referência as realidades dos países ricos. Nesse contexto, com a consolidação das estruturas nacionais de mercado, o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo por sua incompatibilidade com esses ambientes econômicos onde se realizam relações mercantis. Essas estruturas destruiriam a *personalização dos laços sociais*,

¹⁵ Abramovay faz esta afirmação na abertura do capítulo 1 (p. 31), todavia o autor não explicita o que compreende por questão agrária, já que o trabalha com a expressão “Capitalismo Agrário em questão”. Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário possuem métodos diferentes e projetam visões de mundo distintas. Os métodos possibilitam que os estudiosos manipulem os elementos das realidades estudadas de acordo com suas lógicas. Estas são construídas pelas liberdades que os intelectuais possuem em escolherem seus referenciais teóricos e assim construir seus próprios pensamentos ou até de se subordinar aos pensamentos de outros cientistas. De qualquer forma, o autor se refere aos escritos de Marx em quase todo o livro.

levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (Abramovay, 1992, p. 117). Segundo o autor, a pobreza do campesinato é uma das bases sociais, em que se apóiam os mercados incompletos. “O capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais”. (Abramovay, 1992, p. 125 e 129).

Todavia, nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo aconteceria um processo de integração plena. Com base na realidade dos camponeses do Sul do Brasil, Abramovay afirma:

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social [...] O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. [...] Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento. (Abramovay, 1992, p. 126-7 e 131, as palavras em itálico são de Abramovay e os destaques das palavras em negrito e sublinhado são meus, BMF).

Para o paradigma do Capitalismo Agrário a permanência ou fim do campesinato é uma questão conjuntural, porque depende de uma *mudança na conjuntura* socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo¹⁶. Segundo o autor, em um

¹⁶ É importante registrar que para o paradigma do Capitalismo Agrário o que está em questão na permanência ou fim do campesinato não é o assalariamento. Esta seria uma questão resolvida porque nos países ricos “o peso do trabalho assalariado na

determinado estágio, o capital cria relações mercantis que aniquila um modo de vida que não se adequaria ao capitalismo. Entretanto, ocorre uma *metamorfose* e este modo de vida vira uma profissão. Logo, entende-se que o camponês por não ser um agricultor profissional, é *asfixiado* pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, ele precisa se *converter* em *agricultor familiar*. A *integração plena* a um *mercado completo* que possui *fisionomia impessoal* define o processo em que o camponês adentra o mundo moderno do capital. Diferentemente do paradigma da Questão Agrária em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do Capitalismo Agrário o camponês é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação. Por que resistir ao capital se a integração é a condição da continuidade? Na resistência está o sentido da descontinuidade, na integração está o sentido da continuidade.

Seria o modo de vida camponês incompatível com capitalismo ou o capitalismo é incompatível com o modo de vida camponês? Esta é uma questão de método, pois dependendo da lógica que determina o sentido em que o processo acontece, tem-se uma leitura do problema. Como pode ser observado, Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato. A ênfase de Abramovay não está no capital que expropria, mas no camponês que por ser uma *sociedade parcial* (Abramovay, 1992, p. 101) e ter uma *integração parcial* aos *mercados incompletos* (Abramovay, 1992, p. 103), não se adequaria ao capitalismo, porque o capital seria avesso a esse tipo de relação. (Abramovay, 1992, p. 129).

O paradigma da Questão Agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais. O paradigma do Capitalismo Agrário revela o sentido da conflitualidade na interpretação do desenvolvimento da agricultura como um movimento de *metamorfose* do campesinato. Além dessa diferença processual há também uma diferença na orientação da leitura. No primeiro paradigma, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou do fim do campesinato.

agricultura é minoritário, e às vezes irrisório". (Abramovay, 1992, p. 255). A questão é o fim do campesinato e a permanência do agricultor familiar.

No segundo paradigma, as relações sociais parciais e plenas, incompletas e completas são as causas de permanência ou do fim do campesinato. Essa forma linear de ver o processo de desenvolvimento do capitalismo impossibilita a compreensão de sua contradição, assunto que de fato Abramovay não trata. A adequação por meio da conversão do campesinato ao capitalismo é a condição para a sua existência. É isso ou a morte. Desse modo, há apenas uma diferença entre a sentença de Kautsky e a sentença de Abramovay. É forma de como o campesinato pode acabar. Ou não, se consideramos a contradição.

Partindo da lógica do paradigma do Capitalismo Agrário, formulamos a seguinte pergunta: um agricultor familiar poderia voltar a ser camponês? Por exemplo, um agricultor familiar residente em uma região de “mercado completo”, onde o mesmo está plenamente integrado, mas que por causa de mudanças na base técnica, este agricultor familiar não podendo acompanhar a escala de produção, *na qual ele está integrado*, é empobrecido. Este agricultor familiar compra (ou ocupa) terra em uma região onde o preço da terra é mais barato, principalmente, pela falta de infra-estrutura social e por ter um “mercado incompleto”, onde vigora *laços sociais personalizados*. Este é o caso de agricultores expropriados que migram dentro do próprio estado, dentro de uma macrorregião ou para outro estado de outra macrorregião. São, por exemplo, “agricultores familiares” gaúchos, catarinenses, paranaenses que migram para o Mato Grosso e Rondônia. Nas pesquisas de campo realizada em dezenove estados, em todas as regiões do país, um das características presentes nas entrevistas foi a migração causada pela “modernização” da agricultura no Sul. (Fernandes, 2000).

A distância entre camponês e agricultor familiar encontrada na análise de Abramovay é tão grande quanto à distância que separa dois irmãos agricultores: um em Santa Catarina e outro em Rondônia. O que ficou é competitivo e eficiente, portanto integrado em um mercado completo. O que migrou é incompatível com a plenitude do mercado. Um é agricultor familiar e o outro é camponês. São membros da mesma família, mas separados pelas contradições, diferenciados e *metamorfoseados* pelas desigualdades e pelos paradigmas. Camponeses expropriados, migrantes em busca de condições para sua existência não teriam sido competitivos ou eficientes? Há um enorme

conjunto de fatores para explicar esta questão, além de integração parcial ou plena, mercados incompletos e completos, que envolve poder político, conhecimento, acesso à educação, domínio de técnicas entre outras condições. A competição e a eficiência não são virtudes, mas sim condições sociais em que uns ganham e outros perdem. Ganha quem tem o poder de determinar as regras que vão definir a eficiência.

Mercados completos e mercados incompletos são formados pelo desigual desenvolvimento territorial do capitalismo. Integração parcial e integração plena representam diferentes formas de subordinação do campesinato ao capital. Os camponeses se comportam distintamente diante desses processos de expansão do capitalismo. Os camponeses que contribuíram com o desenvolvimento socioeconômico e político de uma região não tiveram, necessariamente, seus comportamentos transformados, como mostra a pesquisa de Tedesco (1999). O modo de vida camponês não foi substituído por um determinado comportamento “moderno” derivado das práticas mercantis. A cultura camponesa não é avessa às mudanças da base técnica. Há centenas de anos que os camponeses vêm modificando essa base. (Mazoyer; Roudart, 2001). Da mesma forma como o capital os incorpora diferenciando, expropriando e recriando – os, vamos encontrar camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos¹⁷ nestas duas realidades, resistindo, construindo estratégias de reprodução. *Nesse sentido, a lógica que Abramovay utiliza para denominar a metamorfose (de camponês a agricultor familiar), explicita o processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia. Além da redundância, que faz soar estranha a separação em duas categorias, quando de fato eles são sujeitos diferenciados de uma mesma classe.*

Mesmo que considerada dicotômica e redundante a separação entre camponeses e agricultores familiares, essa compreensão tem se formado a partir de uma construção teórica. Ela pode ser mais bem compreendida na afirmação de Lamarche (1993, p. 16): *“a exploração camponesa é familiar... mas nem todas as explorações familiares são*

¹⁷ São diversas as tipologias para diferenciar os camponeses desde a clássica forma de diferenciação: rico, médio e pobre, apresentada por Lênin (1985) e Kautsky (1986); ou forte, médio, fraco, apresentada por Bloemer (2000, p. 105); ou camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos (Fernandes, 2003b, p. 21); ou ainda agricultura familiar consolidada, de transição e periférica, (FAO/INCRA, 1995, P. 4-5).

camponesas”. A partir de um conjunto de critérios que explicitam a diferenciação do campesinato, esse autor distingue o camponês do agricultor familiar. Assim cria-se uma espécie de “preconceito”, definindo a agricultura camponesa como residual (Lamarche, 1998, p. 328); a agricultura camponesa produz pouco e utiliza técnicas bastante tradicionais (Lamarche, 1998, p. 70). Ainda, segundo Lamarche (1998, p. 314), “o produtor familiar moderno caracteriza-se, sempre, por um comportamento que recusa um envolvimento pleno num modo de funcionamento extremo, quer seja próximo do modelo camponês ou dos modelos empresa”. Afirma também que “o estabelecimento familiar moderno define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado, com efeito, a maior parte de suas produções é parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumida pela família, nunca é totalmente comercializada”.

De fato, essas referências de Lamarche possibilitam diferentes leituras. Então como utilizar esses conceitos? Como diferenciar um agricultor familiar periférico de um camponês viabilizado? Ou um agricultor familiar consolidado de um camponês empobrecido? Não poderia ser somente pela renda de cada um deles. Nem tampouco pelo acesso e uso de determinadas técnicas; de integração parcial ou plena aos mercados; de diferentes relações sociais personificadas ou impessoais pelos diferentes níveis de subordinação e de resistência; do uso dos termos moderno e atrasado; etc. *Mas, principalmente, pela opção em adotar um determinado paradigma. É importante deixar claro que os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário são diferentes modelos de análise do desenvolvimento da agricultura. É neste quadro teórico político que se concebe a diferenciação e a metamorfose.*

O paradigma do Capitalismo Agrário não teve uma forte influência somente nas pesquisas acadêmicas, mas também na organização dos movimentos camponeses e nas políticas públicas. Na academia, o uso dos conceitos de campesinato e de agricultor familiar passou a exigir esclarecimentos, que revelam as muitas possibilidades de compreendê-los. As dificuldades em se delimitar o conceito de agricultor familiar contribuíram com definições bastante diferenciadas. Um caso emblemático é a nota de José de Souza Martins:

“Neste livro, uso as palavras “camponês” e “campesinato”, ao me referir ao Brasil, porque são palavras incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da questão agrária. Estou pensando no agricultor familiar e seu mundo, que ainda preserva muitos traços culturais do velho mundo camponês europeu que se adaptou ao nosso país de diferentes modos em diferentes ocasiões e por diferentes meios. Mas, penso, sobretudo, no pequeno agricultor familiar, proprietário ou não da terra, que organiza sua vida mediante diferentes graus e modalidades de combinação da produção para o mercado com a produção direta dos meios de vida. Mas sujeito, portanto, as condutas e relacionamentos e a uma visão de mundo de tipo tradicional”. (Martins, 2000, p. 45).

Se as palavras “camponês” e “campesinato” foram incorporadas indevidamente como afirma Martins, não foi diferente a juntada do termo “agricultor familiar”. Martins usa a palavra camponês e está pensando no agricultor familiar e seu mundo que contém características que contemplam tanto a definição de camponês quanto a de agricultor familiar, segundo as referências teóricas de Abramovay. Ainda, Martins afirma que a denominada agricultura familiar amplia possibilidades ao assumir feição empresarial e moderna. Mas essa condição não impede, de forma alguma, que o agricultor pague o preço social de subsidiar o consumo de quem trabalha para o grande capital, na medida em que não se apropria de toda a renda da terra e do lucro médio. (Martins, 2000, p. 43). Também utiliza a expressão “camponês modernizado”, que é ao mesmo tempo “empreendedor e comunitário, economicamente moderno e socialmente conservador”. (Martins, 2000, p. 45) Mais uma vez, Martins reúne características que Abramovay separa. A territorialização do capital em uma região e suas diferentes formas de intensidade, socializa e expropria, incorpora e exclui, não somente os camponeses, mas também os próprios capitalistas. E essa não é somente uma questão de “competitividade” e ou de “eficiência”, mas é um processo complexo por sua amplitude que, sem dúvidas, contém, sobretudo a conflitualidade.

Neste sentido, separar o camponês de agricultor familiar ou considerá-los como um único sujeito em processo de mudança é *uma questão de método*. De fato, o conjunto de relações que predominam no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, possibilita diferentes leituras que podem levar à compreensão de metamorfose ou da reinvenção. As mudanças engenhadas, no movimento do

desenvolvimento do capitalismo, atualizam desse modo, um conceito carregado da história, construído no mundo da resistência. Num processo de configurações diversas, de identificação e de estranhamento, formadas pela contradição e pelo paradoxo da questão agrária, ocorrem simultaneidades e descontinuidades, em que o campesinato concebe múltiplas estratégias de recriação da própria existência, subordinando e resistindo, reinventando-se no fazer-se do dia-a-dia. Martins chama o processo de mudanças em que o camponês se insere e é inserido nas relações mercantis modernas de “reinvenção social”. (Martins, 2000, p. 45). No movimento do processo de mudanças acontece a construção de relações sociais, de visões de mundo, de modos de vida, que se opõem à expropriação territorial e ao trabalho altamente subordinado pela anomia gerada por determinado estágio do desenvolvimento capitalista. Enquanto Abramovay vê a metamorfose do camponês em agricultor familiar no desenvolvimento do capitalismo, podemos ver processos de viabilização econômica, de empobrecimento e de exclusão, ou seja, processos de diferenciação que promovem a destruição e a recriação do campesinato a partir de sua própria reinvenção social. O foco do método do paradigma do Capitalismo Agrário dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que metamorfoseia um sujeito para adequá-lo aos seus princípios. O foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história.

Nas organizações dos movimentos camponeses o paradigma do Capitalismo Agrário também teve uma influência política extraordinária. Os movimentos camponeses que mais se identificaram e receberam influência deste paradigma foram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul – FETRAF – SUL. Esse impacto político não teve tanta repercussão nos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina – Brasil, constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimentos dos Pequenos Agricultores – MAP; Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e Comissão Pastoral da Terra – CPT. Nos eventos conjuntos desses

movimentos camponeses, criou-se uma disputa ideológica pelas denominações, que foi resolvida com os usos das seguintes expressões: *agricultura familiar/camponesa* ou *agricultura camponesa/familiar*, dependendo de quem está à frente da organização do evento.

Nas políticas públicas, o paradigma do Capitalismo Agrário teve forte influência, principalmente, a partir do segundo governo Fernando Henrique Cardoso – FHC. Surgiram diferentes políticas públicas, como por exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; o Programa Novo Mundo Rural que tinha como principais ações a implantação da relação de compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra, além de criação de infraestrutura social nos assentamentos rurais. A partir da lógica do paradigma do Capitalismo Agrário, a ocupação de terra é uma aberração, um atraso, uma violência. A compra da terra, por meio de políticas tipo “Banco da Terra” é uma forma de “integrar” os sem-terra ao mercado. Desse modo, as políticas públicas que o paradigma do Capitalismo Agrário não conseguiu “aparelhar” foram extintas ou congeladas, como por exemplo, o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA (que foi substituído pelo PRONAF); o Projeto Lumiar de Assistência Técnica, que foi extinto em maio de 2000¹⁸ e pelo menos até janeiro de 2005, as famílias assentadas em projetos de reforma agrária ficaram sem assistência técnica por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que havia sido criado a partir do Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO; O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e a Universidade de Brasília – UnB. O PRONERA ficou praticamente congelado durante a maior parte do segundo governo FHC, sem recursos e com exigüidade de pessoal, exatamente por não se enquadrar no paradigma do Capitalismo Agrário.

A potencialidade do paradigma do Capitalismo Agrário é extraordinária e admirável. Como demonstramos, esse paradigma

¹⁸ Por causa do aparelhamento dos profissionais do projeto pelos movimentos camponeses, segundo me revelou um dos intelectuais que assessoram o governo FHC.

especializou-se em diferentes frentes por diversas direções e fincou territórios políticos, colocando em cheque o paradigma da Questão Agrária. Neste sentido, é inegável a contribuição do paradigma do Capitalismo Agrário à crítica do paradigma da Questão Agrária. Ao mesmo tempo, a contestação dos pressupostos do paradigma do Capitalismo Agrário demonstra a fragilidade e os amplos limites dos referenciais e de suas interpretações. Este questionamento nasceu na reflexão sobre a teoria e a realidade, que fertilizam os paradigmas e movimentam os métodos e as metodologias nas interpretações possíveis das realidades. Evidente que esses pensamentos e procedimentos geram conflitualidades na criação ou na destruição de políticas públicas, na elaboração de uma tese e no debate em uma mesa redonda. A conflitualidade acadêmica é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades.

A facilidade com que o paradigma do Capitalismo Agrário se especializou na academia, nos movimentos camponeses e nos governos, deve-se à carona que pegou no processo de implantação de políticas neoliberais: de flexibilização do trabalho, de fortalecimento do mercado com amplas aberturas, de diminuição do poder do Estado, de refluxo dos movimentos sindicais e dos movimentos camponeses, de aumento do desemprego e da criação de políticas compensatórias. Isso tudo foi acompanhado por uma mudança de intelectuais, políticos e partidos de esquerda para o centro e à direita, obscurecendo o espectro político, assim como a manifestação iluminada dos intelectuais de direita que tiveram os holofotes da grande mídia, com generosos espaços em periódicos de circulação nacional. Essas “paragens” do campo das conflitualidades permitiram a exploração de novos territórios políticos pelos cientistas vinculados ao paradigma do Capitalismo Agrário. Nessas condições propícias, esses intelectuais construíram novas leituras das realidades, tornaram-se referenciais teóricos e compuseram a *intelligentsia agrária* do governo FHC. São diferentes grupos de intelectuais que se apresentaram como pensadores ofensivos no melhor estilo dos *think tanks*, sendo que alguns montaram até mesmo empresas de consultorias¹⁹.

¹⁹ E o caso de Francisco Graziano Neto que foi secretário de FHC e depois presidente do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária, que preside a ONG AgroBrasil.

Os paradigmas geram conflitualidades que são expressas nos debates, nas publicações, nas políticas públicas (ou privadas), nos eventos e manifestações através de suas respectivas ideologias²⁰. As diferenças teóricas, de método, de metodologia, políticas e ideológicas entre os paradigmas são manifestadas na construção de leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo.

Para o paradigma do Capitalismo Agrário o espaço de análise de seus objetos, coisas e sujeitos é a sociedade capitalista, que é apresentada como totalidade. As perspectivas estão nas possibilidades de se tornar unidades do sistema. Assim a agricultura familiar é mais uma unidade do sistema, que caminha segundo os preceitos do capital. Daí, a facilidade dos movimentos camponeses, que se identificam com o paradigma do Capitalismo Agrário, em recusar a participação em eventos que confrontam as políticas propostas a partir da lógica do capital, como por exemplo, o Banco da Terra. Todavia, as questões relativas às técnicas e ao mercado são muito mais debatidas e praticadas por estes movimentos camponeses²¹. A lógica do paradigma do Capitalismo Agrário cria um estado de mal estar, quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto é subversão. A “integração plena” carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste

²⁰ O significado do conceito de ideologia aqui utilizado é próximo ao definido por Gramsci, ou seja, o conceito de ideologia orgânica, que compreende o pensamento como força real, como fato, que provoca mudanças na vida das pessoas. A ideologia é uma construção política que representa os interesses, as vontades e os sonhos de classes sociais, segmentos ou grupos. (Coutinho, 1989). Portanto, não há nenhuma relação com a definição marxista de ideologia como falsa consciência.

²¹ Interessante notar que no Fórum Social Mundial, o espaço dos movimentos camponeses identificados com o paradigma do Capitalismo Agrário, era muito mais representativo pela exposição de mercadorias organizadas em uma grande feira com a diversidade da produção agropecuária camponesa, industrializada ou in natura. Enquanto o espaço dos movimentos camponeses identificados com o paradigma da Questão Agrária, era mais representativo pelos debates políticos e venda de livros, bandeiras, camisetas etc. Também havia mercadorias, mas em proporção muito menor que o espaço dedicado pelos outros movimentos. Evidente que os conteúdos dos debates dos diferentes espaços tinham como marco a integração e o enfrentamento ao capital.

paradigma, o camponês só estará bem, se, integrado plenamente ao capital.

Para o paradigma da Questão Agrária, considerando as diversidades presentes em suas vertentes e vieses, o espaço de análise não se limita à lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfrentamento no capitalismo torna-se uma condição possível. Daí a ocupação de terra ser uma das formas de luta mais presentes nos movimentos camponeses, porque fere seu âmago. Também a compreensão de uma economia da luta, em que a conquista da terra não dever ser transformada na condição única de produção de mercadorias, mas igualmente na produção da vida em sua plenitude, bem como do enfrentamento com o capital, para a recriação continuada do campesinato. Desse modo, os camponeses sem-terra organizam ocupações em todo o país, espacializando-se e territorializando-se (Fernandes, 2000). A economia política deste paradigma contempla a integração ao mercado simultaneamente ao uso dessa condição para promover a luta pela terra e pela reforma agrária. A constituição de territórios em diferentes campos, como por exemplo, na educação, produção, saúde, formação política são condições essenciais na construção de sua identidade política. Por essa razão, enfrenta desafios com a realidade comanda pelo capital, já que este quer o camponês apenas como produtor de mercadorias e jamais como produtor de conhecimentos avessos aos princípios do capital. Isto é ideologia, de fato²².

Para concluir esta parte é necessário discutir uma questão ideológica. Para onde caminham estes movimentos camponeses identificados com os diferentes paradigmas? Contribuir com o desenvolvimento do capitalismo ou lutar contra ele? A construção das condições para o desenvolvimento e superação é encontrada no próprio capitalismo. Contraditoriamente, os camponeses destroem e constroem o capitalismo, evidente que em uma proporção bem menor do que a

²² Esta ênfase é para discutir a ideologia construída pelos movimentos camponeses identificados com o paradigma da questão agrária. Recusar a “integração plena ao mercado” - que é na verdade uma forma de servilismo, porque não têm poder de decisão - e negar ser apenas um produtor de mercadorias, não fazem o camponês nem melhor e nem pior; nem competitivo, nem incompatível. É uma condição política conquistada e que afronta a lógica do capital. Há perdas e ganhos nesta decisão, por isso ela representa uma visão de mundo, um forma de compreender o mundo.

capacidade do capitalismo em destruir e recriar o campesinato. Ocupando a terra, destruindo o latifúndio, conquistando o assentamento; comprando terra, migrando, trabalhando, produzindo, industrializando, vendendo, consumindo, contribuindo com o desenvolvimento local, lutando, estudando, participando, reocupando terra, esses camponeses estão promovendo o desenvolvimento do capitalismo e suas estratégias de recriação. Todavia, também estão construindo sonhos, brechas, possibilidades, condicionantes. Os camponeses permanecem como sujeitos históricos e os movimentos articulados na Via Campesina vão além, manifestam-se na construção de um outro mundo: socialista? Esta é uma questão cada vez mais presente e mais distante. Presente porque a convicção da luta contra o capital é manifestada de todas as formas. Distante, porque as referências esvaem-se e o que permanece é a irreverência dos limites e dos desafios de construir espaços e de projetar o futuro.

Questão agrária, desenvolvimento e conflitualidade são as questões centrais deste artigo. Não é por meio da subserviência do campesinato que acontece o desenvolvimento, mas sim por diferentes formas de enfrentamento ao capital. É esse paradoxo que alimenta o desenvolvimento da sociedade capitalista. Este paradoxo é explicitado por Bourdieu:

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que “civilizou” a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência. (Bourdieu, 2001, p. 19)

Por ser insuperável, a questão agrária do capitalismo carrega em si as possibilidades da transgressão e da insurgência. E pela mesma razão, carrega em si as possibilidades de cooptação e conformismo. Essas propriedades da contradição da questão agrária compõem a *conflitualidade*. Elas estão presentes nas disputas paradigmáticas entre a Questão Agrária e o Capitalismo Agrário, nos processos de espacialização e de territorialização (Fernandes, 2000) e nos projetos de políticas públicas criadas pelo Estado. Urge ao campesinato assumir de fato seu lugar na história, e ao Estado democrático o papel de garantir a participação efetiva dos camponeses na construção de projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa. Evidente, que esse processo não acontecerá sem conflitos, porque os capitalistas vão

disputar os mesmos recursos e os mesmos territórios. É com base neste referencial teórico que discutiremos os conflitos agrários representados nas ocupações de terra que foram e têm sido tratados de diferentes formas pelos governos FHC e Lula.

3. Conflitualidade: crítica e diálogo

O conceito de conflitualidade é essencial para compreender a questão agrária, porque estorva possíveis visões linear-negativas na leitura do problema. Para compreender a conflitualidade é fundamental considerar as contradições e os paradoxos em que na solução de conflitos emerge tanto o desenvolvimento quanto novos conflitos. A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, porque as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção. São sujeitos históricos que resistem a exploração e a expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho. Portanto, o desenvolvimento político econômico é igualmente o desenvolvimento de conflitos. O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o *empate*²³. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos. Direito a ter direitos, como expressava Eder Sader (1988). Os acordos, pactos e tréguas

²³ O termo *empate* criado pelos camponeses seringueiros do Acre, significa um resultado de um conflito em que ninguém perde e nem ganha. Ao fazerem um empate, impedindo a derrubada de árvores e têm êxito na empreitada, consideram que nem eles, nem a empresa madeireira perdem ou ganham, pois eles estavam garantindo a permanência na terra e impedindo o desmatamento. Com as árvores em pé, todos podem viver da floresta. A floresta, o território, portanto a existência não se negocia. A respeito deste termo, ver Gonçalves, 2003, p. 535 *et. seq.*

definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo - cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo uma questão territorial.

A conflitualidade está natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias transformando em território até mesmo as palavras. As idéias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios. Na parte anterior, analisamos os paradigmas e conjunto de conflitualidades geradas no desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesta parte, analiso três tipos de conflitualidade selecionadas para enfocar o multidimensionamento dos conflitos em diversos níveis, dimensões e escalas. Pretendemos demonstrar que no desenvolvimento da sociedade há um conjunto de relações e de condições produtoras de conflitualidades. A política partidária, as ideologias, as ciências, as mídias, os territórios, as instituições num conjunto indissociável de sistemas e ações que produzem a conflitualidade como espaço político, geográfico: território. (Santos, 1996)

3.1 - Nem havia legiões de camponeses prontos para fazer reforma agrária “na marra”, nem abundância de terras para localizá-los²⁴

O tratamento da questão agrária não pode contemplar apenas o momento do conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico em todas as dimensões atingidas pela questão agrária. Considerar esta questão é compreender porque ao se resolver um conflito pode nascer outro. Por não ponderar sobre a conflitualidade é que o ex-presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto ficou perplexo com o que estava acontecendo no Pará, quando no dia 5 de novembro de 1995 viajou para Curionópolis, onde foi participar do ato oficial de entrega dos lotes do assentamento Palmares. Este assentamento foi criado com a desapropriação da fazenda Rio Branco, de vinte e dois mil hectares. Entretanto, ao chegar ao município, encontrou um novo acampamento com mil e quinhentas famílias que reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeira de quarenta e dois mil hectares, no município de Eldorado dos Carajás. Francisco Graziano Neto interpretou aquele conflito como um “circo” (Graziano Neto, 1996, p. 23). Pois esperava o agradecimento dos sem-terra pela desapropriação da fazenda Rio Branco e implantação do assentamento Palmares. Não esperava encontrar outra reivindicação de desapropriação. Ainda mais porque, segundo ele, haveria um compromisso das lideranças do MST, em que com a criação do Palmares, não haveria mais ocupações de terras na região, o então presidente do Incra acreditava que com a desapropriação da fazenda Rio Branco, os conflitos por terra no Pará estavam resolvidos. Conforme a sua tese “A Verdade da Terra” (Graziano Neto, 1989) sobre a questão agrária, aquilo não podia estar acontecendo. Afinal, não existiria nem tanto latifúndios, nem tantos sem-terra. A realidade estava lhe desmentindo. Nas palavras de Graziano Neto, ele havia caído numa arapuca (Graziano Neto, 1996, p. 24). Cinco meses e onze dias depois deste fato, no dia 16 de abril de 1996, quando as famílias que reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeiras realizavam uma marcha até Belém bloquearam a rodovia PA 150 para pressionar o governo, aconteceu uma tragédia, que ficou conhecida como Massacre

²⁴ Palavras de Fernando Henrique Cardoso no prefácio do livro *Tragédia da Terra*, com base nas conclusões da tese de doutorado de Francisco Graziano Neto. Ver Cardoso, 1991, p. 11.

de Eldorado dos Carajás.²⁵ O sudeste paraense continua em posição de destaque no *ranking* dos estados com maior número de ocupações de terra. Como podem ser observadas na Tabela 1, as microrregiões de Parauapebas está 9º lugar e a de Marabá em 12º lugar, entre as quinze microrregiões com maior número de famílias envolvidas em conflitos agrários.

Tabela 1: BRASIL - MICRORREGIÕES COM MAIOR NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES - 1988 – 2003

	Microrregião	UF	Nº Famílias	Nº Ocupações
1º	Presidente Prudente	SP	31.700	168
2º	Mata Meridional Pernambucana	PE	26.095	186
3º	Iguatemi	MS	25.736	97
4º	Mata Alagoana	AL	16.386	83
5º	Petrolina	PE	13.143	61
6º	Porto Seguro	BA	12.003	42
7º	Paranavai	PR	11.006	95
8º	Dourados	MS	9.250	72
9º	Parauapebas	PA	9.051	36
10º	Guarapuava	PR	8.450	33
11º	Vale do Ipojuca	PE	8.320	78
12º	Marabá	PA	8.184	59
13º	Santiago	RS	8.128	17
14º	Cruz Alta	RS	7.997	14
15º	Mata Setentrional Pernambucana	PE	7.793	74

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

Se a tese de Graziano Neto possui pressupostos facilmente contestáveis pela realidade, não acontece a mesma coisa no campo da política e da técnica. A precariedade dos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, por sua própria natureza de caráter declaratório, permite especulações de todos os tipos. As mudanças de metodologia dos censos agropecuários e os critérios ultrapassados para definição de parâmetros relativos à produtividade da terra e ao cumprimento de sua função social, contribuem para que se produzam diversas leituras a respeito da concentração fundiária. Essas indefinições e incertezas possibilitam a maquiagem dos dados com mais facilidade; a confecção de vistorias com resultados ambíguos, criando enormes dificuldades

²⁵ A respeito desse fato, ver Fernandes, 2000, p. 199-211.

para o desenvolvimento dos processos de desapropriação. Nesta questão é necessário abrir um parêntese para dar um exemplo das dificuldades que temos no tratamento dos dados da estrutura fundiária brasileira.

Segundo uma estimativa feita por Veiga, 2003, no período 1995 e 2001 foram obtidos quase 20 milhões de hectares, por meio de desapropriação de propriedades que não cumpriam a função social, conforme previsto pela Constituição Federal, e por meio de compra através de programas de crédito fundiário. Conforme Tabela 2 Perfil Agrário do Brasil, 1995-2000), Veiga compara a área total dos estabelecimentos patronais e a área total dos estabelecimentos familiares, em 1995, com a área total dos estabelecimentos patronais e a área total dos estabelecimentos familiares, em 2000, acrescentando 20 milhões de hectares na área total dos estabelecimentos familiares, em 2000, subtraindo 14 milhões de hectares da área total dos estabelecimentos patronais, em 2000. Há uma diferença de seis milhões de hectares entre a área total dos estabelecimentos em 1995 com a área total dos estabelecimentos em 2000, que pode se presumir, refere-se a uma possibilidade de incorporação de terras com a expansão da fronteira agrícola.

Tabela 2 - Perfil agrário do Brasil, 1995 – 2000

	1995		2000	
	(milhão ha)	%	(milhão ha)	%
Agricultura patronal	224	63	210	58
Agricultura familiar	130	37	150	42
Total	354	100	360	100

Fonte: Estimativa do autor com base no Censo Agropecuário 1995/96²⁶

Comparando a estimativa de Veiga, 2003, com os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, organizados nas Tabela 3 e Tabela 4 referentes à estrutura fundiária brasileira em 1992 e 2003, pode-se observar que a conjectura de Veiga supervalorizou o impacto da transferência de vinte milhões de hectares do grupo patronal para o grupo familiar.

²⁶ Tradução nossa.

Tabela 3: Estrutura Fundiária Brasileira - 1992

Estratos de área total (ha)	Nº imóveis	% imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Até 10	995.916	32,0	4.615.909	1,4	4,6
De 10 a -25	841.963	27,0	13.697.633	4,1	16,3
De 25 a -50	503.080	16,2	17.578.660	5,3	34,9
De 50 a -100	336.368	10,8	23.391.447	7,0	69,6
De 100 a -200	201.564	6,5	27.405.779	8,3	135,9
De 200 a -500	140.609	4,5	43.344.186	13,1	308,2
De 500 a 1-000	51.442	1,6	35.573.732	10,8	697,5
De 1000 a -2000	23.644	0,8	32.523.253	9,8	1.414,0
Mais de 2000	20.312	0,6	133.233.460	40,2	6.559,3
Total	3.114.898	100	331.364.059	100	106,4

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996

Tabela 4: Estrutura Fundiária Brasileira - 2003.

Estratos de área total (ha)	Nº imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7	38.574.392	9,1	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7	61.742.808	14,7	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,7	132.631.509	31,7	4.110,82
Total	4.238.387	100,0 %	420.446.362	100,0%	99,1

Fonte: II PNRA, 2003

Para facilitar a leitura desses dados, organizamos o Tabela de modo a se aproximar da forma como Veiga organizou os dados do censo e sua estimativa.

Tabela 5: Mudanças na estrutura fundiária brasileira 1992 – 2003

Imóveis em hectares	1992		2003	
	Área em milhões de ha.	%	Área em milhões de ha.	%
Com mais de 200 (patronal)	245	74	297	71
Com menos de 200 (familiar)	86	26	123	29
Total	331	100	420	100

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996; II PNRA, 2003 (Org. Bernardo Mançano Fernandes)

È importante considerar que esta comparação é uma aproximação, pois existem diferenças entre as áreas dos estabelecimentos agrícolas (que é a unidade pesquisada pelo censo agropecuário) e as propriedades fundiárias cadastradas no INCRA²⁷. Também se deve considerar que os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural referem-se a três anos antes e três anos depois do período comparado por Veiga. O que essa comparação possibilita é a análise dos dados relativos e suas respectivas ordens de grandeza. Assim, através dessa comparação aproximada, observa-se que Veiga acerta na tendência da diminuição da participação relativa da unidade patronal e do aumento da participação relativa da unidade familiar. Todavia, a análise da mudança da participação relativa dos imóveis patronais e familiares apresenta uma diferença pouco menor da estimada por Veiga, 2003.

O que chama a atenção de fato, e que a estimativa de Veiga não previu²⁸, é o enorme aumento das áreas dos imóveis de 1992 para 2003. Foram 89 milhões de hectares em pouco mais de uma década. O aumento de trinta e sete milhões de hectares dos imóveis com menos de 200 hectares pode ser explicado parcialmente se considerarmos a incorporação de vinte milhões de hectares advindos da implantação de assentamentos rurais. Todavia, restam dezessete milhões de hectares. Pode-se especular que foram terras compradas, fora das políticas de crédito fundiário. É uma possibilidade. Pode-se especular também que uma parte foi incorporada pelo avanço da fronteira agrícola. É outra possibilidade. O aumento de cinquenta e dois milhões de hectares dos imóveis de mais de 200 hectares contraria a estimativa de Veiga, já que seria coerente a diminuição dessas áreas. Mas se isso é confuso, é mais difícil entender como um grupo de área que deveria passar de 245 milhões de hectares para um número menor, ainda teve um aumento tão fabuloso. Se especularmos que esse número deveria ser em torno de 230 milhões de hectares, considerando desapropriação e incorporação de novas áreas, como passou para 297 milhões de hectares? Nossa hipótese é que este aumento pode estar associado a

²⁷ Os dados do INCRA são registros de propriedades e de seus detentores. O IBGE registra a ocupação desse espaço pelos produtores rurais.

²⁸ E de fato seria muito difícil alguém prever esse aumento, pois esse número foge do padrão de aumento de área dos censos agropecuários.

pelo menos três processos: a) por causa das ocupações, os latifundiários passaram a declarar com precisão as áreas dos imóveis (para não correr o risco de serem surpreendidos com os pedidos de liminares de reintegração de posse, requerendo áreas maiores do que as declaradas); b) a incorporação de novas áreas em faixas de fronteira e ou de terras devolutas; c) a incorporação de áreas de menos de 200 hectares, o que significaria desterritorialização das propriedades familiares, o que parece não ter sido tão intensa.

Por tudo isso, a ocupação de terra ganha eficiência, porque revela o que os bancos de dados e os censos apresentam de forma irresoluta e diferenciada. Ainda mais quando se considera que noventa por cento desses vinte milhões de hectares foram “obtidos” graças à ocupação da terra, pelos movimentos de sem-terra.²⁹ Portanto, sem a ocupação, sem o conflito, esta mudança de vinte milhões de hectares não existiria.. Mas essa mudança nos é muito conhecida. O que precisamos estudar e explicar é a incorporação de mais de cinqüenta milhões de hectares pelas propriedades patronais e conferir qual a relação que explica o aumento de dezessete milhões de hectares das áreas dos imóveis familiares. Fecha parênteses.

Portanto, não é de se estranhar a perplexidade de Graziano no Pará, porque os conflitos ferem a lógica dos que acreditam que somente o mercado e o Estado podem mudar a realidade. É assim que se compreendem os artigos que ele escreve, nos periódicos nacionais, condenando os sem-terra e metamorfoseando o latifúndio em empresa rural. Não é difícil compreender a leitura que Graziano faz da questão agrária, porque seus escritos³⁰ denotam os limites de suas análises no campo cerceadas pelo por sua condição de político ruralista. Essa leitura foi afiançada por Fernando Henrique Cardoso que escreveu o prefácio do livro “A Tragédia da Terra”³¹ (Cardoso, 1991) Este título sarcástico, infelizmente, expressava uma visão da realidade agrária como uma espécie de obra teatral, ou “circo”. Nesse contexto, as

²⁹ Ver Leite, 2004, p. 40 e Fernandes, 2000, p. 300.

³⁰ Francisco Graziano Neto publica regularmente artigos em periódicos de circulação nacional. Seus artigos são produzidos com base em informações de terceiros e de visitas in loco. Pelo teor literário jornalístico sem referências científicas, os conteúdos se parecem com textos de auto-ajuda para aqueles que querem acreditar que a reforma agrária não tem mais sentido.

³¹ Este livro é a tese de doutorado de Francisco Graziano. Todavia, o título da tese é “A Verdade da Terra” – Crítica da Reforma Agrária distributivista.

ocupações, não por acaso, acabaram em fatalidade. A tese de Graziano foi demolida na primeira gestão do governo FHC.

Essa é uma conflitualidade que destaca o paradoxo e a construção política das estratégias. Apesar de não acreditar na existência de um número grande famílias sem-terra, nem na abundância de terras para assentá-las, a primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso foi o momento da história em que mais se assentou famílias e se implantou assentamentos, como demonstra o Gráfico 1.

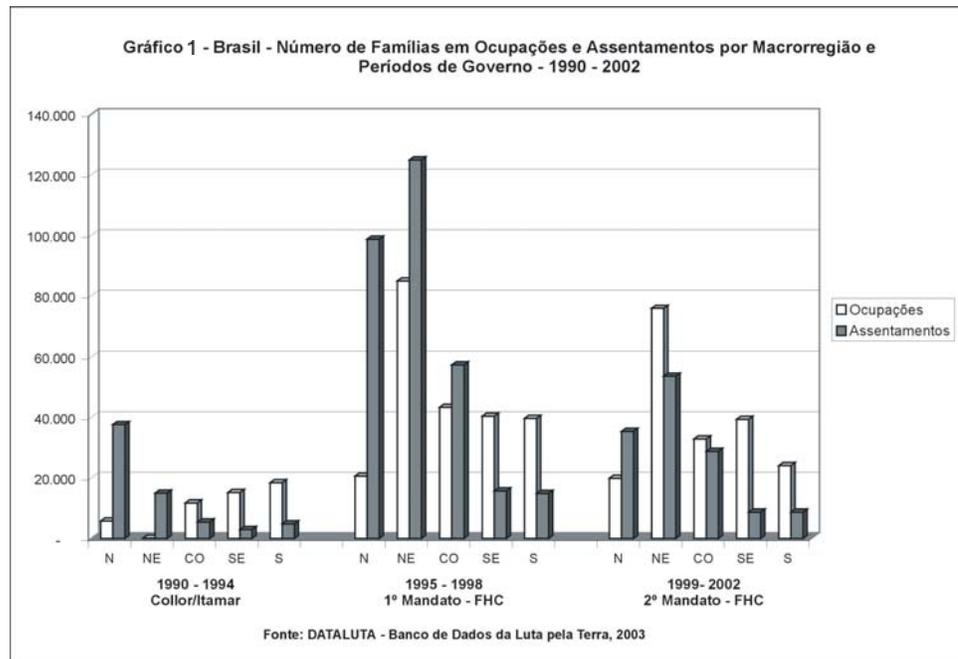


Gráfico 1: Comparação de ocupações e assentamentos por períodos de governo.

Todavia, esta “maior reforma agrária do mundo”, como classificou Fernando Henrique Cardoso, não foi resultado de um projeto elaborado previamente. Foi muito mais resultado da luta pela terra, como demonstramos na última parte deste artigo. Na segunda gestão, a política agrária do governo mudou de paradigma. A questão agrária foi estrategicamente substituída pelo capitalismo agrário. Começava a

ocorrer uma mudança do eixo da questão agrária. Por causa do massacre de Eldorado dos Carajás, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e empossou Raul Jungmann, que com base na diminuição do número de famílias em ocupações de terra, como pode ser observado no gráfico 1, predisse sobre o fim das ocupações de terra.

3.2 - Ocupação de terra é página virada³²

A discussão agora não era mais se existiam terras e famílias. 1996 foi marcado por tragédia e mudanças radicais. De fato foi um ano divisor de águas para a questão agrária. O paradigma do Capitalismo Agrário, pela primeira vez, ocupava um espaço político decisivo no ministério³³. Desde 1996, com a implantação do programa Reforma Agrária Solidária no Ceará e, depois, com o debate inaugurado com a criação do Programa Piloto de Reforma Agrária Cédula da Terra, lançado em dezembro de 1997, indicava a criação de um novo espaço na realização de políticas de reforma agrária. A mudança do eixo da questão agrária objetiva transferir a reforma agrária do campo da política para o mercado. Com a criação desse novo espaço nascia uma nova conflitualidade. Para compreendê-la é necessário atentar para os efeitos da globalização marcados pelas políticas neoliberais. Em diversos países pobres, o Banco Mundial investiu recursos para a compra de terra e desenvolvimento da agricultura camponesa³⁴.

A diminuição das ocupações de terra não era resultado do sucesso da política do mercado de terras. Era um refluxo produzido pela judicialização da luta pela terra e criminalização dos movimentos camponeses. Essa “ajudinha” política por meio de medidas provisórias³⁵ era para “desideologizar” a reforma agrária e pacificar o

³² Declaração de Raul Jungmann ao jornal O Estado de São Paulo de 15 de setembro de 2001.

³³ Chamamos genericamente de ministério como forma de representar os tantos nomes de estruturas políticas: SUPRA – IBRA – INDA – GERA – INCRA – MEAF – MIRAD – INTER – MEPF – MDA (A respeito dessa superprodução de siglas, ver Fernandes, 2000 p.46) O que queremos afirmar é que o Paradigma do Capitalismo Agrário entrara pela primeira vez neste espaço político e permaneceu até o final do governo FHC, revivendo no governo Lula.

³⁴ Não vamos tratar aqui deste tema, que pode ser analisado em Martins, 2004; Buainain, 1999.

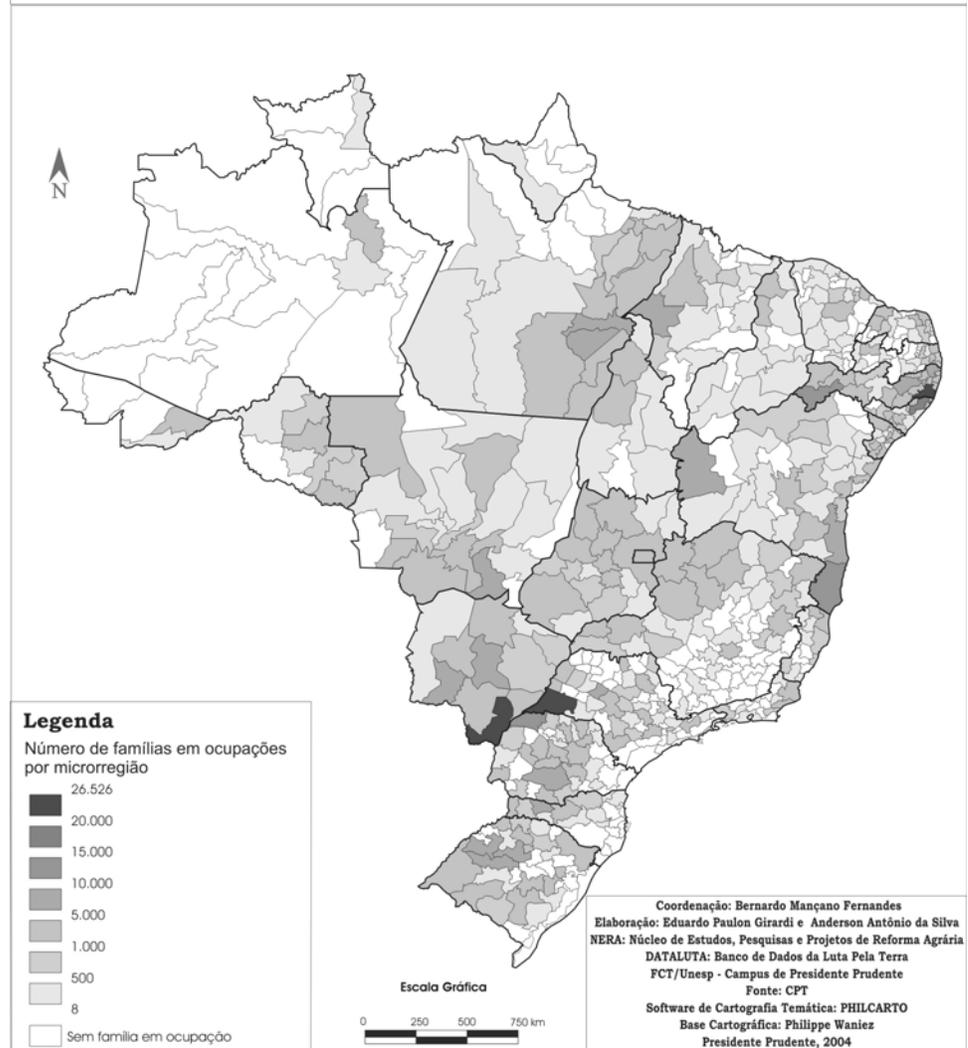
³⁵ Sobre as medidas provisórias, ver a última parte deste trabalho.

campo. Este é outro caráter da conflitualidade: o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao consenso. A mercantilização da reforma agrária estipulava a regra por meio de uma ordem determinada e de um suposto consenso. Os conflitos representavam a oposição a uma política que delimitava os territórios de negociação, subordinando o campesinato à lógica rentista.

Depois da crença que não há tantas famílias sem-terra, nem tantos latifúndios, tentou-se criar o auto-engano do fim das ocupações de terra, como que se essas ações fossem apenas atos subversivos, forçados, sem razão histórica. A conflitualidade contém a historicidade e a espacialidade dos conflitos sociais. A questão agrária está presente em nosso cotidiano há séculos³⁶. Está em quase todas as páginas da história. Quando falamos da presença da questão agrária em nosso cotidiano, certamente, não é um exagero. Desde 1975, a Comissão Pastoral da Terra registra os conflitos por terra. A partir de 1985 passaram a ser publicados nos Cadernos Conflitos no Campo. Desde 1999, também a Ouvidoria Agrária, vinculada ao Ministério do passou a registrar conflitos. Por meio do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - analisamos os dados de conflitos por terra, levantados pela CPT e Ouvidoria Agrária, com o objetivo de conhecer melhor o desenvolvimento dos conflitos e acompanhar as metodologias de pesquisa. Em uma análise mais apurada dos dados pode-se observar que quase todos os dias acontecem conflitos por terra em nosso país. A temporalidade dos conflitos é acompanhada da sua espacialidade. Observando a *figura Geografia das Ocupações de terra - 1988 a 2003*, constata-se a realização de ocupações de terra em praticamente todo o Brasil. Contudo, é importante destacar que tanto a CPT, quanto a Ouvidoria, certamente não conseguem registrar todos os conflitos. O movimento da conflitualidade não é totalmente mensurável, mesmo com todos os esforços dos agentes de pastorais da CPT, dos técnicos do Incra e da grande cobertura que a mídia nacional dá à questão agrária.

³⁶ Uma referência é o Dicionário das Batalhas Brasileiras que também traz os registros de conflitos por terra e território desde o século XVI (Donato, 1996).

**BRASIL - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA - 1988 A 2003
NÚMERO DE FAMÍLIAS**



A mercantilização da reforma agrária não foi o único elemento da mudança de eixo da questão agrária. As políticas neoliberais demarcadas pela globalização expandiram as potencialidades da agricultura capitalista, dando-lhe, inclusive, um novo nome: agronegócio. A produção primária para exportação aumentou com a abertura de mercados, intensificando a territorialização do capital,

expropriando o campesinato, aumentando o desemprego, produzindo riquezas, misérias e conflitualidades³⁷.

3.3 - Agronegócio: a conflitualidade “invisível”

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração.

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando *invisibilizar* sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade

³⁷ O Jornal Folha de S. Paulo publicou uma matéria a respeito desse processo na região Centro – Oeste. (Folha de São Paulo, 12 de setembro de 2004).

dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

O agronegócio não cria conflitualidade apenas por sua extraordinária capacidade produtiva. A reação às ocupações de terra tem aumentado e no último trimestre de 2004, ocorreram vários conflitos entre sem-terra acampados e jagunços que os expulsaram a mando dos fazendeiros. Todavia, a mídia evita fazer relação entre o agronegócio e o conflito, entre o agronegócio e o trabalho escravo. A “invisibilidade” da conflitualidade gerada pela blindagem apologética feita para o agronegócio cria certo estranhamento quando se critica este modelo. Foi o caso do presidente do Incra – Rolf Hackbart – quando associou a chacina ocorrida no município de Felizburgo – MG, em novembro de 2004, ao agronegócio. Hackbart argumentou que os fazendeiros que mandam matar sem-terra acampado são personagens do agribusiness. Essa afirmação quase lhe custou o cargo e o ministro da Agricultura – Roberto Rodrigues – enfatizou que não se pode “misturar as coisas”, pois o agronegócio representa 34% do PIB e 42% das exportações brasileiras.³⁸

Ainda, essa imagem revestida pelos números relativos da produção para exportação ganha mais relevância quando se associa a agricultura camponesa como parte do agronegócio³⁹. Essa é a leitura do paradigma do Capitalismo agrário que ao entender a agricultura familiar como unidade do sistema capitalista, considera parte deste modelo. Nesta acepção, o agronegócio é a única forma de desenvolvimento da agricultura, limitando qualquer análise da conflitualidade. Assim, o conflito perde sentido, aparece como uma coisa de fora e não de dentro do agronegócio. Essa mudança de eixo da questão agrária desafia os pesquisadores deste problema para pensar outros modelos de desenvolvimento territorial, rompendo com a cooptação do agronegócio e de sua postura totalitária.

³⁸ Ver matéria em O Estado de São Paulo, 24 de novembro de 2004, p. A8.

³⁹ É o que faz Ricardo Abramovay. Ver entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 2003, p. 11.

4. Desenvolvimento Territorial Rural: a construção da multiterritorialidade

O desenvolvimento territorial é compreendido por sua amplitude e multidimensionalidade e em oposição ao desenvolvimento setorial⁴⁰. A idéia de desenvolvimento territorial rural é recente. As primeiras publicações são do começo da década de 1990. Há duas questões fundamentais na construção deste conceito. A primeira refere-se à preocupação das instituições a respeito do desenvolvimento territorial e a segunda à abordagem *fashion* com que a questão territorial vem sendo tratada. Vejamos um pouco mais sobre cada uma destas questões.

A preocupação das instituições com o desenvolvimento territorial é importante, sem dúvida. Todavia, essa preocupação tem um sentido pouco explicitado, que é o controle político do debate público para a construção de teorias, métodos, metodologias e ideologias que visam o controle territorial. A geografia política do debate amplo que está acontecendo hoje, em toda a América Latina, revela uma “monocultura institucional”, ou seja, a construção das referências teóricas para as definições de desenvolvimento territorial tem como ponto de partida e de chegada o pensamento consensual. Este pensamento é uma construção ideológica fantástica que obscurantiza a sua forma real que é o pensamento ofensivo. Por pensamento consensual estamos nos referindo ao pensamento que lê a realidade sem considerar suas contradições produtoras de conflitualidade. É um pensamento de cunho neoliberal que tem invadido muitos espaços e organizações populares, principalmente por meio das organizações não governamentais. Constroem cenários e procuram convencer os movimentos populares e as comunidades rurais que devem procurar o desenvolvimento sustentável sem criar oposições. Outro trabalho intenso dessas ONGs é a integração - subalterna - completa das comunidades ao mercado. O pensamento consensual procura convencer que o desenvolvimento territorial tem o mercado como essência. Essas ações revelam seu caráter de pensamento ofensivo, estruturado para desconstruir os pensamentos oponentes e projetar modelos e padrões de comportamento e de visão de mundo. É uma

⁴⁰ Uma referência em escala latino-americana é o Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Ver: <http://www.rimisp.org>.

espécie de política de despolitização, ao propor a autonomia dentro dos marcos do pensamento neoliberal e da obediência às regras capitalistas do mercado. Duas instituições multilaterais– Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial – têm investido consideravelmente na criação de espaços para o avanço da pesquisa e do debate a respeito do desenvolvimento territorial rural;

Da falta de crítica e até mesmo da distância que muitos pesquisadores⁴¹ mantêm do tema, o conceito de desenvolvimento territorial como *conceito-fashion*, decorre, principalmente. Nestas condições prevalece o conceito produzido pelas instituições que promovem o controle político do tema em questão. Essa produção conceitual parte de sua visão de mundo e de seus interesses em implantar determinados modelos de desenvolvimento. Esses conceitos tornam-se amplamente usados⁴² por governos, cientistas e movimentos sociais e cuja aplicação contribui pouco para a compressão do território em questão, de modo que o desenvolvimento reproduz mais intensamente a pobreza que se propõe diminuir. O conceito de desenvolvimento territorial que não contém a possibilidade de questionamento, de oposição e conflito, de diferenciação e ruptura, de soberanias; que não reconhece que a construção das decisões coletivas dos sujeitos dos territórios levará aos processos de distintos modelos de desenvolvimento territorial, na verdade é um *conceito-fashion*. Território é um termo autológico. Construí-lo significa dominá-lo. Pode-se até mesmo decretar o fim dos territórios⁴³, o que significa construir um novo território.

O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas: desde o espaço geográfico de uma nação, de uma região, de um estado, de uma microrregião, de um município, de um bairro, de uma rua, de uma propriedade e de partes de uma moradia. Esse é seu sentido absoluto, objetivo, concreto, material e localizado. O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, histórica, ou seja, as

⁴¹ Especialmente os geógrafos e geógrafas. O que é lamentável, considerando que o conceito de território é uma categoria geográfica tão cara a esta Ciência.

⁴² Por causa de uma orquestrada publicidade política com oferecimento de recursos para projetos de pesquisa e projetos de implantação de políticas públicas, desde que se utilize o método, os referenciais teóricos e as metodologias propostas pela instituição financiadora.

⁴³ É o caso do ensaio O fim dos territórios. Badie, 1996.

relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das idéias, da construção de conhecimentos e suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo e do conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado. Portanto, temos territórios em movimento.

Esses territórios colidem, são destruídos e recriados por meio de relações de poder. São paradigmas que superam outros paradigmas. São ocupações nas periferias em áreas de proteção de mananciais, localizadas em bairros com áreas abertas à especulação de imobiliária. São prédios vazios ocupados por famílias sem-teto, moradores de rua. São ocupações terra por populações rurais e urbanas. São os despejos realizados pela polícia. São empresas falidas, fechadas e novas empresas sendo instaladas. São áreas desapropriadas para construção de novas vias de acesso. São condomínios de luxo e conjuntos populares sendo construídos no processo de urbanização, ocupando áreas antes destinadas à agricultura. São governos recém eleitos descontinuando projetos de governos anteriores. No interior do território de um município existem múltiplos territórios em escalas e dimensões diferenciadas. Esses territórios em movimento produzem múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, gerando conflitos, negociações, acordos, manifestações, prisões (às vezes mortes), superando e resolvendo problemas, criando-os e recriando-os, desenvolvendo, por meio da contradição, manifestando sua conflitualidade. Portanto, a noção de território somente como espaço físico é insuficiente para se pensar o desenvolvimento territorial.

Uma parte importante dos pesquisadores que trabalham com o conceito de desenvolvimento territorial não incorpora o conflito como uma de suas dimensões. Uma das razões do porquê isso acontece é o conceito de território que se usa. Grande parte dos economistas e sociólogos que trabalham com esse conceito toma como referência a corrente positivista da Geografia. Desse modo, o conceito de território é importado para representar uma microrregião, que passa a ser concebida como um espaço geográfico com seus elementos e relações que promovem o desenvolvimento sustentável, sem nenhum tipo de conflito. Um exemplo é o conceito de território da Secretaria de

Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas. (<http://www.mda.gov.br/index.php>. Acesso em 12/1/2005 18:25:12)

Essa visão “essencialmente integradora” não contempla os processos de desintegração, ou seja, de desterritorialização. O desenvolvimento territorial rural - DTR acontece por meio de um processo geográfico denominado TDR – territorialização – desterritorialização – reterritorialização caracterizando uma multiterritorialidade, onde se observa os processos integralizadores que também excluidores e ressocializadores. É esse movimento contraditório e paradoxal que promove o desenvolvimento, em que o mercado, o estado e a sociedade conflitam e se reúnem para superar os problemas, criando outros e ainda prolongando outros. Essa concepção de desenvolvimento territorial rural é muito próxima da apresentada pelo Centro Latino – Americano para o Desenvolvimento Rural:

Definimos desenvolvimento territorial rural (DTR) como um processo de transformação produtiva em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a conciliação entre os atores locais entre si e entre eles e os agentes externos relevantes e seus benefícios e de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios. (SCHEJTMAN & BERDEGUÉ, 2003, p. 32-3)

Uma definição de DTR é um território. Neste caso a essência econômica e mercantil é ainda mais evidente. A maior parte dos projetos de DTR é ampla de modo a contemplar o campo e a cidade; os diversos setores da economia e as dimensões política e cultural, com ênfase ao meio ambiente. A questão é: quem e quantos vão definir a “transformação produtiva”. Quem vai convencer o trabalhador que a competitividade também significa desemprego? Quem vai convencer

um camponês que a mudança na base técnica, resultante da transformação produtiva, irá determinar uma escala de produção necessária para garantir a competitividade que sua condição de agricultora familiar não irá comportar? Quem vai determinar as relações com os agentes externos? De fato, em um território com relações precarizadas de trabalho, intenso desemprego, o poder de decisão de como o território será desenvolvido está em alguns territórios e não está em outros. Em um território comandado por empresas nacionais e transnacionais com alto índice de desemprego e forte concentração fundiária, não será numa reunião “conciliadora” que os sem-terra conseguirão convencer empresários e grandes proprietários em desenvolver um projeto de reforma agrária. Na região do Pontal do Paranapanema, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) terá que convencer a UDR – União Democrática Ruralista a aceitar a reforma agrária para assentar as famílias acampadas organizadas no MST. Esse é um caso emblemático que desafia “visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais” e “a interação e a conciliação entre os atores locais entre si”.

O desenvolvimento territorial rural acontece por meio de relações socializadoras e excludoras em mercados e políticas públicas; com justiça e injustiça social, com conflito e superação, construindo histórias e experiências. Na questão agrária, os projetos institucionais são desafiados pelos movimentos socioterritoriais⁴⁴. Os movimentos populares constroem formas de luta e resistência para além do controle político das instituições governamentais, não governamentais e multilaterais, e das políticas que transferem para o mercado as possibilidades de transformação territorial. Na seguinte e última parte deste trabalho analisamos essas formas de construção de espaços, de luta e resistência, de conflito e desenvolvimento.

5. Luta pela terra e desenvolvimento

Nesta parte apresentamos uma breve análise das práticas de luta pela terra promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

⁴⁴ Movimentos socioterritoriais são os movimentos sociais que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidades de recriação. Esses movimentos produzem espaços políticos e realização ocupações de propriedades privadas, reivindicando o direito à terra ou à moradia. Em seu processo de recriação se espacializam e se territorializam, criando conflitualidades, dialogando e superando a condição de excluídos. A respeito deste conceito, ver Fernandes, 2001b.

Terra (MST) e as políticas dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva. Desde sua gênese, o MST tem se territorializado por todas as regiões do Brasil por meio da ocupação de terra. Essa é uma antiga forma de luta do campesinato brasileiro, todavia nos últimos vinte anos foi intensificada com o aumento do número de famílias sem-terra e do número de ocupações de terra.

A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra. Quando as famílias sem-terra ocupam uma propriedade é porque há vários meses essas famílias estão se organizando para que este momento acontecesse. (Fernandes, 2001a). A ocupação da terra começa com o trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes - inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de socialização política. Neste espaço discutem as possibilidades da luta pela terra e pela reforma agrária. Com essa atitude, iniciam uma dimensão do espaço de socialização política, que chamamos de espaço comunicativo. Neste espaço, as pessoas apresentam-se, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam as possibilidades de seus destinos. A proposta do MST de ocupar a terra aparece como esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra. Medo porque a luta pode levar a conquista da terra, mas também pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no enfrentamento com os latifundiários e com a polícia.

Todo esse processo cria outra dimensão do espaço de socialização política, que denominamos de espaço interativo. A interação acontece porque as pessoas se identificam, compreendem que têm trajetórias semelhantes: são migrantes, camponeses expropriados há anos ou décadas, desempregados do campo e da cidade, sem perspectiva de trabalho estável. Ao mesmo tempo em que têm vontade de mudar o rumo de suas histórias, eles têm a insegurança porque são apenas possibilidades. A interação também acontece porque essa experiência possibilita a construção de conhecimentos sobre a luta pela terra, abrindo novas perspectivas para suas vidas. Já não existe apenas a

possibilidade do assalariamento. As reuniões do trabalho de base podem durar meses. Elas acabam quando os coordenadores apresentam a proposta de ocupar uma ou mais propriedades e as famílias decidem pela ocupação. Até esse momento, viviam os efeitos da conflitualidade gerada pelo desemprego e exclusão social. Com essa decisão, abrem uma nova dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência, que se materializa por meio da ação das famílias que ocupam uma propriedade privada ou uma propriedade pública, ou apenas acampam nas margens de uma rodovia. A partir dessa ação mudam o sentido da conflitualidade e transferem o espaço de socialização política para esse novo lugar, onde agora as famílias organizadas tentarão manter-se reunidas pelo tempo curto ou longo. A permanência dessas famílias naquele espaço político, um “prototerritório”, dependerá da conjuntura política e econômica, do seu poder de mobilização junto com outros grupos de famílias acampadas por todo o país.

Agora, o espaço de luta e resistência chama-se *acampamento*. A inversão do sentido da conflitualidade criou um novo fato e ganha as páginas dos jornais. Essa forma de organização espacial causa um impacto na paisagem, demonstrando que aquelas famílias querem mudar suas realidades. Agora, ninguém pode ignorar essas pessoas. Elas estão juntas reivindicando condições dignas de vida. Nem as estatísticas, nem os discursos políticos, nem as teorias poderão ignorá-las. Todavia, se não é possível ignorar, é possível reprimir, repelir, rechaçar, despejar. Assim nasce o conflito. Um dos conflitos mais antigos da história do Brasil. O latifundiário contra o sem-terra. Os grandes proprietários querem manter seus privilégios em nome dos seus direitos. Os sem-terra querem conquistar os seus direitos em nome da democratização do acesso à terra.

Os conflitos, portanto, envolvem privilégios, interesses e direitos, reivindicações e luta. A instituição competente para solucionar esse conflito é o Estado. E os governos têm dado diferentes respostas para a questão da terra. Ora tratando como políticas compensatórias, ora ensaiando a questão como desenvolvimento territorial. Por meio das ocupações de terra, os sem-terra mantêm na pauta política a questão da reforma agrária. As ocupações de terra tornaram – se uma das principais formas de acesso à terra. É, portanto, uma forma de criação e recriação do campesinato. Ainda a pressão política das ocupações de

terra obrigou o Estado a procurar soluções para os conflitos, ora com o assentamento das famílias, ora com a repressão política. A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo também é uma forma de desenvolvimento do capitalismo, porque as áreas ocupadas quando transformadas em assentamentos, tornam-se propriedades familiares, que produzem a renda apropriada na sua maior parte pelos capitalistas.

Todavia, não existe tolerância política com as ocupações de terra. As ocupações são rechaçadas, as famílias despejadas de modo que o conflito aumenta e as ocupações se repetem até que as famílias são assentadas ou desistem da luta. A intolerância é enfraquecida, em parte, pela conhecida grilagem de terras e pelo alto grau de concentração fundiária. Em 2003, somente 1.6% dos proprietários de terra controlavam 43.8% das terras, ou seja: quase metade das propriedades está nas mãos de menos de 2 % dos proprietários. (Tabela 3) Por essa razão, as ocupações tornaram-se parte do cotidiano brasileiro, sendo divulgada quase todos os dias nos principais jornais do país.

A violência física praticada a mando dos latifundiários ou do Estado contra os sem-terra não diminui as ocupações. Todavia, as medidas políticas têm sido eficazes para conter as ocupações de terra. É bom lembrar que contenção não significa solução. As medidas políticas são formas de controle da luta popular. Através do controle político, o Estado pode mudar o rumo das ações dos movimentos camponeses: fazê-lo refluir e até desmobilizá-los. Ainda assim o problema agrário continua.

No Gráfico 2, a seguir, apresentamos os dados referentes ao crescimento e a diminuição dos números de famílias em ocupações de terra. Observa-se que em 1990 e em 2001 aconteceram diminuições abruptas de ocupações por causa de medidas políticas de controle político da luta pela terra. Contudo, observa-se também que os resultados políticos dessas medidas foram efêmeros, não duraram mais que um ano e o número de famílias em ocupações de terra voltou a crescer.

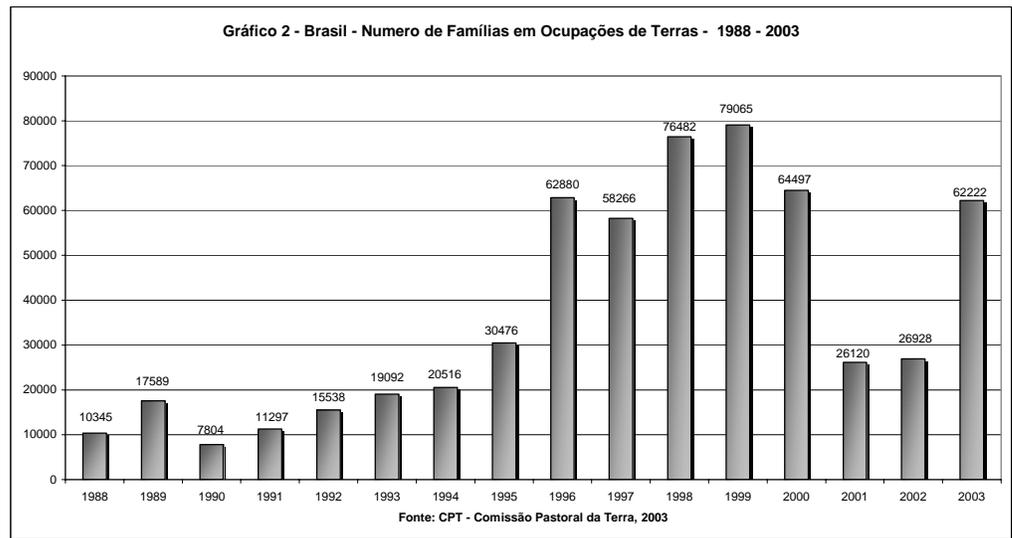


Gráfico 2: Números de Famílias participantes em ocupações de terra – 1988 – 2003.

Em 1990, o governo do presidente Collor reprimiu violentamente as ocupações, com prisões seletivas de lideranças. A Polícia Federal invadiu as diversas secretarias do MST em vários estados e prendeu muitos membros do MST. Essa ação causou o refluxo do MST e diminuiu o número de ocupações de terra. No entanto, em 1991, o número de famílias voltou a crescer e em outubro de 1992, o presidente Collor foi destituído pelo *impeachment*, resultado de uma grande mobilização política nacional. Com a eleição do presidente FHC, em 1994, e a promessa de realização da reforma agrária, no ano 1995, aumentou o número de famílias que ocuparam terra, tendência que continuou até 1999. O primeiro governo FHC, foi o período com maior número de famílias assentadas da história do Brasil, de acordo com as questões apresentadas na seção 1.19. O aumento do número de famílias assentadas significava o aumento do número dos que ocupavam terras e vice e versa. A cada assentamento criado, multiplicava-se o número de sem-terra realizando os trabalhos de base, criando espaços de socialização política e espacializando a luta pela terra.

Na verdade, o governo FHC percebera que o aumento do número de famílias assentadas e os investimentos realizados por meio das

linhas de crédito fortaleciam a organização do MST. Muitas ocupações eram realizadas com o apoio de cooperativas de assentados, que emprestavam caminhões e financiavam os custos da ocupação de terra. Essa prática era uma afronta à lógica do paradigma do Capitalismo Agrário que organizava diversas políticas que tinham o mercado como território da questão da reforma agrária. O governo FHC denominou esses fatos de aparelhamento político e cortou todas as fontes de recursos para os assentados. No segundo mandato, FHC intensificou as políticas ofensivas contra o MST e obteve sucesso. Em 2000, o número de ocupações começou a diminuir e em maio de 2001, o governo do presidente FHC publicou uma medida provisória de criminalização das ocupações. A Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001, criminaliza as pessoas que ocupam terra e privilegia os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação e por quatro anos, quando houver reincidência.

Enquanto o governo Collor colocou a Polícia Federal para reprimir os sem-terra, o governo FHC utilizou-se do Poder Judiciário. As ocupações de terra eram acompanhadas com rigor pelo governo e as liminares de reintegração de posse e despejo das famílias ocupantes eram expedidas em menos de vinte e quatro horas, que resultava na maior parte das vezes na prisão das lideranças. A esse processo político denominamos de judicialização da luta pela reforma agrária. Ocorreram casos em que os juizes mandavam prender lideranças como prevenção as ocupações (Fernandes, 2003a). Com a diminuição do número de ocupações, diminuiu o número de assentamentos. Para “manter” o número de assentamentos implantados nos anos anteriores, o governo FHC usou de uma estatística imaginária que contava assentamentos implantados em governos anteriores, pelos governos estaduais e até as famílias que o governo prometera assentar. Criava-se dessa forma “clones” de assentamentos e “assentamentos imaginários”, que só existiam nas tabelas de dados do governo FHC (Fernandes, 2003a).

A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Todavia, as ocupações de terra continuavam crescendo, tendo pela frente as ações da Justiça e as ações dos latifundiários. O governo FHC, em 1997, implantou o programa Cédula de Terra na tentativa de impedir as ações do MST, especialmente os trabalhos de base para formar novos grupos de famílias. Desse modo, as famílias

sem-terra agora tinham duas opções: participar de uma reunião do grupo de base para discutir as ocupações de terra ou participar de reuniões com técnicos de instituições federais e estaduais para organizar um grupo e comprar uma fazenda. Pela primeira vez na história do Brasil ocorreu uma intervenção direta na questão da luta pela terra por meio de política econômica, em escala nacional. Com essa medida, o governo transferia a questão da terra do território da política para o território do mercado. Essa ação extraordinária diminuía o poder de negociação dos trabalhadores sem-terra. Aos que aceitaram a política do Cédula da Terra – depois - Banco da Terra, o espaço de negociação limitou-se ao contrato de compra e venda, ou seja às políticas do mercado⁴⁵. O governo FHC criou também um projeto denominado reforma agrária pelo correio e iniciou um serviço de cadastramento de pessoas interessas em ser beneficiado com um lote de terra. Em torno de 800 mil famílias se cadastraram.

No ano de 2002, houve um pequeno crescimento no número de ocupações. Com a derrota de FHC e a vitória de Lula nas eleições de 2002, as ocupações voltaram a crescer e em 2003, o número de famílias em ocupações de terra ficou entre os cinco maiores da luta pela terra, desde 1988. Nos últimos vinte anos, desde a fundação do MST, as famílias participantes das ocupações têm se diferenciado. Na década de 1980, as famílias sem-terra participantes das ocupações eram predominantemente de origem rural. Com a intensificação da mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou.

Na região Nordeste, o MST começou a organizar migrantes nordestinos retornados da região Sudeste por causa do desemprego. No Estado de São Paulo, o MST e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MTST) começaram a organizar famílias para lutarem pela moradia ou por terra. Essa ação resultou no aumento do número de famílias de origem urbana nas ocupações de terra. No Pontal do Paranapanema, registramos até 50% de trabalhadores urbanos entre as famílias assentadas (Lima e Fernandes, 2001). No Estado do Rio Grande do Sul, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) que tem ocupado terras nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre com o objetivo de desenvolverem atividades agrícolas e

⁴⁵ Ver Buainain, 1999; 2004.

não agrícolas como formas de sobrevivência. Esse fato demonstra que a determinação do governo, de assentar apenas as famílias de origem rural, tem sido ignorada pelos trabalhadores de origem urbana. Essa é uma das razões do aumento do número de famílias acampadas em todas as regiões do país. Isso significa que o processo de criação e recriação do campesinato tem contato com a participação dos trabalhadores desempregados de origem urbana.

As ocupações, o avanço e o refluxo do MST, as conquistas e as derrotas dos movimentos camponeses, o crescimento da participação das famílias de origem urbana na luta pela terra, todas essas realidades são indicadores da resistência, gerando conflitualidades à procura de solução, de negociação, de terra, trabalho e dignidade. No ano de 2003, a luta pela terra apresentou nova tendência de crescimento. Neste ano foram registradas 166 mil famílias acampadas em todo o Brasil (Folha de São Paulo, 01 de dezembro de 2003). Segundo DATALUTA, 2004, as famílias acampadas organizadas no MST eram 112.532. Esse crescimento é resultado da espacialização da luta pela terra, feita por meio do trabalho de base. É também resultado da ineficaz política de assentamentos implantada pelo governo FHC e do fracasso da criminalização da luta pela terra. É uma forma de pressão ao governo Lula, que até o momento não apresentou indicadores de que irá realizar a reforma agrária.

Em 2003, o governo Lula assentou trinta e seis mil famílias. Desse total, vinte e sete mil famílias foram assentadas em assentamentos antigos e nove mil famílias em assentamentos novos. Em 2004, o governo Lula assentou oitenta e uma mil famílias. Desse total, cinquenta e cinco mil famílias foram assentadas em assentamentos antigos e vinte e seis mil famílias em assentamentos novos. Com esses resultados, o governo Lula terá dificuldades em cumprir com as metas. Para atingir o prometido no Plano Nacional de Reforma Agrária, precisará assentar quatrocentas e treze mil famílias em dois anos.

De fato, a reforma agrária não avançou no governo Lula. Nem mesmo a promessa de assentar todas as famílias acampadas foi cumprida. Em setembro de 2004, o governo desistiu do intento, considerando que os trabalhos de base são fontes inesgotáveis de organização de grupos de famílias. Todavia, a relação política com os movimentos camponeses melhorou em relação ao governo Cardoso.

Embora, a medida provisória que criminaliza a luta pela terra continue vigorando, o governo Lula não a aplicou com mesmo rigor político contra os sem-terra, como acontecia no governo Cardoso. Nos dois primeiros anos do governo Lula, as linhas de créditos para os assentamentos foram retomadas com a apresentação de uma nova política de assistência técnica. A formação profissional dos assentados foi ampliada com a intensificação de projetos de alfabetização, escolarização e acesso à universidade (Fernandes e Molina, 2004).

Considerações finais - superar paradigmas e empatar

Em dezembro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário divulgou os resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo a respeito da participação da agricultura familiar no Produto Interno Bruto – PIB. Os destaques da pesquisa são:

- a) Em 2003, o PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar alcançou R\$ 156,6 bilhões ou 10,06% do PIB nacional. O PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Patronal alcançou 20,51% do PIB brasileiro.
- b) Em 2003, o PIB da Agropecuária Familiar alcançou R\$ 55,6 bilhões ou 3,57% do PIB nacional. *[O PIB do setor de Extração de petróleo, gás natural, carvão e outros combustíveis, por exemplo, corresponde a 3,34% do PIB brasileiro (valor adicionado a preços básicos)].*
- c) Em 2003, o PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar cresceu R\$ 13,4 bilhões, ou 9,37% a mais que no ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB nacional (0,5%) e do PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Patronal (5,13%).
- d) Em 2003, o PIB da Agropecuária Familiar cresceu 14,31% em relação ao ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB da Agropecuária Patronal (11,08%).

- e) Em 2003, o PIB das Lavouras da Agricultura Familiar cresceu 18,41% em relação ao ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB das Lavouras da Agricultura Patronal (14,61%).
- f) Em 2003, a Agricultura Familiar foi a base de importantes cadeias de produtos proteicos de origem animal, sendo majoritária no caso do PIB da Cadeia Produtiva dos Suínos (58,8% do PIB total desta cadeia), do Leite (56%) e das Aves (51%). (MDA, 2004)

A constituição desta realidade econômica é resultado de um conjunto de políticas que envolvem sujeitos, territórios, conflitualidade, ocupações de terra, mercado, Estado, instituições diversas. Entre os agricultores pesquisados, uma parte é assentada que lutou pela terra para se ressocializar. E foi essa condição original que os colocou nos resultados desta pesquisa.

Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário disputam com suas interpretações da geografia agrária nacional, os espaços políticos, lócus de decisões para o desenvolvimento da agricultura. Nesse processo desenvolve-se a conflitualidade na teoria e na realidade. O paradigma do Capitalismo agrário trouxe importante contribuição para a compreensão da questão agrária ao destacar o peso da participação familiar na agricultura e romper com a visão determinista do assalariamento total. Todavia, a visão da dicotomia agricultura camponesa x agricultura familiar representa a criação de uma condição de integração - subalterna - completa ou parcial, dependendo o estágio de desenvolvimento das relações sociais, determinada pela lógica do capital. O paradigma da Questão Agrária, por sua vez, não tem conseguido teorizar a respeito do desenvolvimento da economia camponesa frente mercado como território do capital. Mas, tem sido extremamente eficaz em compreender os processos de criação, recriação e reinvenção do campesinato, demonstrando que há possibilidades de construir espaços políticos diversos para resistir ao processo de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato.

Se por um lado o paradigma do Capitalismo Agrário não tenha considerado a conflitualidade em seu corpo teórico, como processo

eficiente e promotor de desenvolvimento, por outro, o paradigma da Questão Agrária não tem considerado a importância das formas de relação com o mercado. Um paradigma ignora a conflitualidade gerada a partir das relações mercantis, o outro ignora as relações mercantis produtoras de conflitualidade. Neste sentido, parece-nos que a noção de *empate* construída pelos seringueiros projeta um espaço – diálogo onde pode se discutir o desenvolvimento territorial rural com base na sustentabilidade. Essa condição garante os princípios básicos da cidadania, da democracia e mantém abertas as perspectivas de construção de idéias e experiências para transformar o mundo, para lutar contra a exploração, a subalternidade e a expropriação gerida pelo capitalismo. Evidente que todo esse processo acontecerá por meio de conflitos e desenvolvimento.

Bibliografia.

- ABRAMOVAY, Ricardo. *De camponeses a agricultores familiares: Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. Campinas, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.
- BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRYCESON, Deborah; KAY, Cristobál; MOOIJ, Jos. *Disappearing Peasantries? Rural labour in Africa, Asia and Latin America*. London: IT Publications, 2000.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. *Reforma Agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terra no Brasil*. Campinas: inédito, 2004.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. *Avaliação do Programa Cédula da Terra: resultados preliminares, desafios e obstáculos*. Campinas, 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In Graziano Neto, Francisco. *A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo BRASIL 2004*. Goiânia: CPT, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DANBOM, David, B. *Born in the Country: A History of Rural America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. *Relatório Pesquisa Nacional – DATALUTA – MST*. Presidente Prudente, 2004.

DESMARAIS, Annette. The Via Campesina: Peasant resisting globalization. Calgary, 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Department of Geography of the University of Calgary.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: Ibrasa, 1996.

FAO/INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar*. Brasília: FAO/INCRA, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. In *Violências no tempo da globalização*. SANTOS, José Vicente Tavares (Org.) São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *The occupation as a form of Access to land*. XXIII International Congress of the Latin American Studies Association. Washington, D.C., September 6-8, 2001a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez Editora, 2001b.

FERNANDES, Bernardo. Mançano., et ali. *Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre: occupations de terre et assentamentos rurais das le Pontal do Paranapanema - São Paulo*. Cahiers du Bresil Contemporain. La Riche: v.51/52, p.71 - 94, 2003a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *O Futuro do MPA*. Porto Alegre: MPA, 2003b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questões da Via Campesina*. Anais do 6º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, 2004. Acesso: http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1_contsn4.htm.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Monica. O Campo da Educação do Campo. In *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília: Nead, 2004.

GOLDBERG, Jake. *The Disappearing American Farm*. New York: Franklin Watts Library, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. Brasília: Ibama, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In *Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p.10-26.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In *Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.

GRAZIANO NETO, Francisco. *A Verdade da Terra*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Economia Aplicada à Administração). Curso de Pós –

Graduação da Fundação Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Qual Reforma Agrária?* São Paulo: Geração Editorial, 1996.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, 2003.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). *A agricultura Familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). *A agricultura Familiar: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEAL, Gleison Moreira. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP*. 2003. 168 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Pudente.

LEITE, Sérgio. HEREDIA, Beatriz. MEDEIROS, Leonilde. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

LÊNIN, Vladimir. Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

LIMA, Solange. FERNANDES, Bernardo Mançano. *Trabalhadores urbanos nos assentamentos rurais: a construção de novos sujeitos sociais*. Presidente Prudente, 2001. Relatório CNPq – PIBIC 1999 - 2001.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo : Edusp, 2000.

MARTINS, Mônica. *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.

MAZOYER, Marcel; ROURDART, Laurence. *História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa. Ed. Histórias e Monografias, 2001.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, 2003.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. *PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar*. Brasília: MDA, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP*. 2002. 144 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Pudente.

ROMEIRO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio (Orgs.) *Reforma agrária: produção, emprego e renda*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, José Vicente Tavares. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In *Violências no tempo da globalização*. SANTOS, José Vicente Tavares (Org.) São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". In *São Paulo em Perspectivas*. Vol.18; nº. 1 São Paulo Jan./Mar. 2004.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ, Julio A. *Desarrollo Territorial Rural*. Santiago: RIMISP, 2003.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

STEDILE, João Pedro e FERNANDES Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VEIGA, José Eli. *Poverty alleviation through access to land: the experience of the Brazilian agrarian reform process*. Synthesis paper prepared for the informal panel session organized by the Committee on World Food Security, 16 May 2003, FAO, Rome. Disponível em: http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/006/j0415T/j0415t07.htm. Acesso em 31/12/2004.